

AUSTRAL / Re

Demonstrações Financeiras Anuais
Em 31 de dezembro de 2024

Austral Resseguradora S.A.

Demonstrações Financeiras Anuais

31 de dezembro 2024

Sumário

Relatório da Administração	03
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria	06
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras anuais	08
Relatório dos auditores atuariais sobre as demonstrações financeiras anuais	13
Balanços Patrimoniais.....	15
Demonstrações dos Resultados	17
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	18
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	19
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais.....	21

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Contexto Organizacional

A Austral Resseguradora S.A. ("Companhia") obteve aprovação da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações com resseguro e retrocessão em 1º de fevereiro de 2011, por meio da Portaria SUSEP nº 3.908.

A Companhia é uma resseguradora local, que oferece, além da capacidade em resseguro, um serviço voltado à necessidade de seus clientes, com uma subscrição técnica e responsável, viabilizando eficiência na alocação de capital e o desenvolvimento do mercado, associado a uma gestão de risco constante e criteriosa.

Em 15 de maio de 2024, a AM Best, agência global de avaliação de riscos do segmento de Financeira (FSR) para seguros e resseguros, reafirmou o rating de Força "A-" (Excelente) e o Rating de Crédito de Longo Prazo (ICR de Longo Prazo) para "a-" (Excelente) do Grupo Austral. A perspectiva do grupo foi destacada como estável.

Na avaliação da AM Best, o rating atual reflete a elevada força do balanço patrimonial consolidado do Grupo Austral, caracterizado pela agência como "strongest". O relatório destaca ainda o amplo programa de gerenciamento de riscos, os resultados positivos do período e a redução na exposição nas linhas de negócio que apresentam maior volatilidade, além da sólida estratégia de retrocessão para proteção e mitigação dos riscos que assume.

Adicionalmente, em 2024 a agência de rating Standard & Poor's reafirmou em 2024 as credenciais de crédito em brAAA, o nível mais elevado na escala nacional. A Standard & Poor's destacou o nosso sólido desempenho operacional e nossas fortes práticas de subscrição. E que o Grupo Austral continua focado em determinados nichos de mercado, o que nos proporciona uma posição de destaque em linhas específicas. Destacou também que o nosso requerido de capital dobrou de junho de 2022 para junho de 2024 diante da expansão dos nossos prêmios retidos, enquanto o nosso patrimônio líquido ajustado cresceu 25%. Ainda assim, os níveis consolidados de capitalização se mantiveram confortáveis.

Desempenho das Operações

A seguir os principais números e indicadores da Austral Resseguradora, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

(Valores em milhões de reais, exceto quanto aos percentuais)

Descrição	31/12/2024	31/12/2023	Variação	Variação (%)
Prêmios Emitidos Líquidos	2.458,3	2.322,0	136,3	5,9%
Prêmios Ganhos	2.169,2	2.016,1	153,1	7,6%
Prêmios Emitidos Retidos Líquidos	1.213,7	1.249,6	(35,9)	(2,9%)
Prêmios Ganhos Retidos	1.076,2	1.138,5	(62,2)	(5,5%)
Sinistros Ocorridos	(3.045,1)	(1.780,1)	(1.265,0)	71,1%
Sinistros Retidos	(863,6)	(989,1)	125,6	(12,7%)
Despesas Administrativas	(42,7)	(64,1)	21,4	(33,4%)
Resultado Financeiro	132,4	52,7	79,7	151,2%
Lucro líquido do exercício	75,1	29,4	45,7	155,4%
Lucro líquido do exercício (Sem eventos RS e Otis)	96,0	56,8	39,2	69,1%
Patrimônio Líquido	420,5	383,5	36,9	9,6%
ROAE	18,7%	7,9%	10,8 p.p	
ROAE (Sem eventos RS e Otis)	23,3%	11,3%	12,0 p.p	
Índice de Despesas Administrativas	1,7%	2,8%	(1,0 p.p)	
Sinistralidade Retida (Sinistros Retidos / Prêmios Ganhos Retidos)	80,2%	86,9%	(6,7 p.p)	
Sinistralidade Retida (Sem eventos RS e Otis)	77,1%	83,5%	(6,4 p.p)	
Índice Combinado Retido (sem tributos e PPR)	96,1%	99,3%	(3,2 p.p)	
Índice Combinado Retido (sem tributos, PPR e eventos RS e Otis)	92,9%	95,9%	(3,0 p.p)	

Prêmios

Os prêmios de resseguros líquidos de comissão atingiram R\$ 2.458,3 milhões no exercício de 2024, representando um aumento de R\$ 136,3 milhões (5,9%) em relação ao exercício de 2023. Esse aumento se deu principalmente nos ramos, Aceitação Exterior, Pessoas Coletivo e Patrimonial. Os prêmios ganhos também apresentaram um crescimento quando comparados ao exercício anterior, alcançando o valor de R\$ 2.169,2 milhões, o que retrata um incremento de R\$ 153,1 milhões (7,6%) em relação ao mesmo período do exercício de 2023.

Sinistralidade Retida

Em 2024, o índice de sinistralidade baseado nos sinistros retidos foi de 80,2% dos prêmios ganhos retidos, contra 86,9% no mesmo período do ano anterior. Desconsiderando-se os efeitos das enchentes do RS e do furacão Otis em 2023, a sinistralidade de 2024 estaria no patamar de 77,1% contra 83,5% de 2023.

Índice Combinado Retido

O índice combinado, baseado nos efeitos retidos, foi de 96,1% em 2024 em comparação com os 99,3% do ano de 2023. Uma redução de 3,2 p.p. em relação ao ano anterior.

Despesas Administrativas

A gestão eficiente dos custos, assim como monitoramentos constantes e um cuidadoso planejamento das ações realizadas continuam contribuindo para a maior eficiência de custos. Consequentemente refletimos uma redução no Índice de Despesas Administrativas de 1,0p.p. em relação ao mesmo período de 2023, atingindo um índice de 1,7% em 2024.

Resultado Financeiro e Solvência

A política de investimentos da Companhia, adequada à realidade dos seus negócios e aderente aos normativos vigentes, gerou um resultado financeiro de R\$ 132,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 52,7 milhões em 31 de dezembro de 2023), aumento derivado, principalmente, do aumento das aplicações financeiras decorrente da maior geração de caixa, refletindo em um crescimento de 29% em relação ao ano de 2023.

Os Administradores declaram que a Companhia possui capacidade financeira que viabiliza as perspectivas para os próximos exercícios. Ademais, declaram não haver nesse exercício qualquer título ou valor mobiliário classificado na categoria “mantidos até o vencimento”.

Lucro e Patrimônio Líquido

Como consequência dos fatores mencionados acima, a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 75,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 29,4 milhões em 31 de dezembro de 2023). Sendo de suma importância destacar o impacto das enchentes no lucro líquido de cerca de R\$ 20,9 milhões. Sem este impacto, o Lucro Líquido do ano teria alcançado R\$ 96,0 milhões. O ROAE de 2024 foi 18,7% (23,3% ex-enchentes do RS), enquanto no ano de 2023 o ROAE do mesmo período foi 7,9% (11,3% ex-furacão Otis). Representa um crescimento de 10,8p.p. e de 12,0p.p. ex-enchentes do RS e furacão Otis.

O patrimônio líquido da Companhia encerrou o exercício de 2024 em R\$ 420,5 milhões (R\$ 383,5 milhões no exercício de 2023).

Distribuição de Dividendos

A Companhia possui de acordo com o seu Estatuto Social uma política de reinvestimento, onde poderá manter a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimento”, que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia, inclusive por meio da subscrição de aumento de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingência, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia.

Agradecimentos

Por fim, a Companhia, agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e às demais autoridades do setor pelo apoio e pelas orientações oferecidas ao longo deste exercício, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.

Administração.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Aos Srs. Membros dos Conselhos de Administração da Austral Participações S.A. e da Austral Resseguradora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Austral Participações S.A., instituído nos termos da regulamentação aplicável, e cuja atuação abrange a Austral Resseguradora S.A. (Austral Resseguradora ou “Companhia”), funciona em conformidade com o seu estatuto social da Companhia e com o regimento interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre (i) a qualidade, adequabilidade e fidedignidade das demonstrações financeiras intermediárias, (ii) a eficácia do sistema de controles internos, e (iii) a efetividade das auditorias interna e independente, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e políticas internas.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu regimento interno, que incluiu, principalmente: (i) reuniões com a Alta Administração e com os principais gestores; (ii) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de compliance; (iii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela auditoria interna; (iv) avaliação do escopo, desempenho, efetividade e independência dos auditores independentes; e (v) avaliação da estrutura, funcionamento e efetividade dos sistemas de controles internos e compliance e de gerenciamento de riscos, bem como da qualidade e integridade das demonstrações financeiras intermediárias.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Austral Resseguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras intermediárias, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e compliance.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras intermediárias e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A auditoria interna tem a responsabilidade pela avaliação da eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e dos processos que asseguram a aderência às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração e às normas legais e regulamentares aplicáveis às atividades da Austral Resseguradora.

O Comitê atua por meio de reuniões, nas quais conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidos, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê estabeleceu com os auditores independentes canal regular de comunicação, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados, inclusive do Relatório dos Auditores Independentes que está sendo emitido nesta data. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, e debateu com a Administração e com os auditores independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas.

O Comitê manteve reuniões regulares com o Diretor-Presidente e com outros Diretores da Austral Resseguradora e, nessas reuniões, teve a oportunidade de apresentar sugestões e recomendações à Administração sobre assuntos relacionados às áreas que estão no âmbito de sua atuação.

O Comitê não tomou ciência da ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Austral Resseguradora ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras intermediárias.

Cumpridas as suas atribuições, na forma acima descrita, o Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras da Austral Resseguradora S.A., correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, devidamente auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda, estão em condições de serem aprovadas pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.

Laenio Pereira dos Santos
Presidente

Jorge Augusto Hirs Saab
Membro

Elizabeth Vieira Valente Bartolo
Membro



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
Austral Resseguradora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Austral Resseguradora S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Resseguradora S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas atuariais de contratos de resseguros e ativos de retrocessão

Conforme divulgado na nota explicativa nº 13, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui saldos constituídos de provisões técnicas atuariais decorrentes dos contratos de resseguros e ativos de retrocessão decorrentes dos riscos cedidos, estimados com base em julgamento profissional realizado por parte da diretoria na definição das metodologias e premissas, tais como: sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxa de desconto, despesas relacionadas aos riscos assumidos, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.



**Shape the future
with confidence**

A avaliação dessas metodologias e premissas foi considerada o principal assunto de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos, da subjetividade e da complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos e não avisados, à provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes e não emitidos e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos e premissas atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas decorrentes dos contratos de resseguros e ativos de retrocessão decorrentes dos riscos cedidos firmados pela Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (ii) a realização de testes de integridade, completude e consistência, em bases amostrais, das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas e dos respectivos ativos de retrocessão decorrentes dos riscos cedidos; (iii) a realização de cálculos independentes sensibilizando as principais premissas utilizadas; e (iv) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 26 de fevereiro de 2024, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.



**Shape the future
with confidence**

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor fixado pelo auditor, inferior ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, consisting of a horizontal line followed by a stylized, circular flourish.

Marcelo Felipe L. de Sá
Sócio
Contador CRC RJ-094644/O



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor atuarial sobre as demonstrações financeiras anuais

Aos Acionistas e Administradores da
Austral Resseguradora S.A.
Rio de Janeiro - RJ
CNPJ: 11.536.561/0001-26

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Austral Resseguradora S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens auditados relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.



**Shape the future
with confidence**

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com retrocessionários relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Austral Resseguradora S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.

ERNST & YOUNG
Serviços Atuariais S/S Ltda., CIBA 57

Fernanda Gama
CNPJ 03.801.998/0001-11
Atuária - MIBA 947

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		6.028.882	3.437.874
Disponível		12.314	29.500
Aplicações financeiras	5	1.009.329	560.234
Créditos das operações com resseguros	7	1.522.909	1.175.343
Operações com seguradoras		1.226.742	983.658
Operações com resseguradoras		296.167	191.685
Ativos de resseguro e retrocessão	13	3.404.895	1.604.789
Títulos e créditos a receber	8	29.735	31.793
Títulos e créditos a receber		12.942	9.955
Créditos tributários e previdenciários		15.834	21.235
Outros créditos		959	603
Outros valores e bens		8.275	6.705
Despesas antecipadas		328	905
Custos de aquisição diferidos	9	41.097	28.605
Não circulante		598.894	714.312
Realizável a longo prazo		581.624	696.713
Aplicações financeiras	5	402.249	516.785
Créditos das operações com resseguros	7	28.698	19.945
Operações com seguradoras		28.238	19.945
Operações com resseguradoras		460	-
Ativos de resseguro e retrocessão	13	95.567	97.914
Títulos e créditos a receber	8	40.459	50.383
Outros valores e bens		9.734	8.128
Custos de aquisição diferidos	9	4.917	3.558
Imobilizado		877	1.136
Intangível	10	16.393	16.463
Total do ativo		6.627.776	4.152.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Passivo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		5.976.857	3.570.470
Contas a pagar		41.480	26.872
Obrigações a pagar		34.504	21.848
Impostos e encargos sociais a recolher		5.180	3.236
Encargos trabalhistas		1.782	1.719
Impostos e contribuições		14	69
Débitos das operações com resseguros		994.059	814.265
Prêmio a restituir		9.260	9.662
Operações com seguradoras		8.561	7.568
Operações com resseguradoras	11	917.553	756.161
Corretores de seguros e resseguros		50.438	35.043
Outros débitos operacionais		8.247	5.831
Depósito de terceiros	12	113.455	75.170
Provisões técnicas	13	4.826.397	2.652.684
Outros débitos		1.466	1.479
Débitos diversos		1.466	1.479
Não circulante		230.449	198.187
Contas a pagar		-	87
Obrigações a pagar		-	87
Débitos das operações com resseguros		23.769	12.911
Operações com resseguradoras	11	22.801	12.159
Corretores de seguros e resseguros		968	752
Provisões técnicas	13	197.039	177.481
Outros débitos		9.641	7.708
Patrimônio líquido	16	420.470	383.529
Capital social		338.669	338.669
Reserva de capital		5.658	5.624
Reserva de lucros		92.429	44.288
Ajuste de avaliação patrimonial		(16.286)	(5.052)
Total do passivo e do patrimônio líquido		6.627.776	4.152.186

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações - em reais)

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios emitidos		2.458.260	2.322.038
Variações das provisões técnicas		(289.094)	(305.939)
Prêmios ganhos	21/22.a	2.169.166	2.016.099
Sinistros ocorridos	22.b	(3.045.076)	(1.780.095)
Custos de aquisição	22.c	(60.641)	(46.589)
Outras receitas e despesas operacionais	22.d	(43.068)	(16.292)
Resultado com retrocessão	22.e	1.021.213	(95.656)
Despesas administrativas	22.f	(42.678)	(64.128)
Despesas com tributos	22.g	(42.153)	(35.602)
Resultado financeiro	22.h	132.448	52.742
Receitas financeiras		673.932	347.895
Despesas financeiras		(541.484)	(295.153)
Resultado patrimonial	22.i	26.744	14.861
Ganho/ Perda com ativos não correntes		(441)	-
(=) Resultado antes dos impostos e participações		115.514	45.340
Imposto de renda	19	(19.374)	(5.808)
Contribuição social	19	(11.925)	(3.697)
Participações sobre o lucro		(9.104)	(6.408)
(=) Lucro líquido do exercício		75.111	29.427
Quantidade de ações		313.597.651	313.597.651
Lucro por ações - em reais	20	0,2395	0,0938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício		75.111	29.427
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)			
Variação do valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	5.c	(18.806)	12.641
Redução ao valor recuperável (RVR) - títulos e valores mobiliários		50	-
Efeito do imposto de renda e contribuição social	8.b.1	<u>7.522</u>	<u>(5.056)</u>
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos		<u>(11.234)</u>	<u>7.585</u>
Total de resultados abrangentes do exercício		<u><u>63.877</u></u>	<u><u>37.012</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste TVM	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		338.669	4.934	29.722	(12.637)	-	360.688
Ganho não realizado nos títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA		-	-	-	7.585	-	7.585
Incentivo baseado em ações	17	-	690	-	-	-	690
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	29.427	29.427
Proposta para distribuição do resultado:	16c						
Distribuição de juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(14.861)	(14.861)
Constituição reserva legal		-	-	1.471	-	(1.471)	-
Constituição outras reservas de lucros		-	-	13.095	-	(13.095)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		338.669	5.624	44.288	(5.052)	-	383.529
Saldos em 31 de dezembro de 2023		338.669	5.624	44.288	(5.052)	-	383.529
Adoção inicial CPC 48 – redução ao valor recuperável (RVR)		-	-	(271)	-	-	(271)
Perda não realizado nos títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA		-	-	-	(11.234)	-	(11.234)
Incentivo baseado em ações	17	-	34	45	-	-	79
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	75.111	75.111
Proposta para distribuição do resultado:	16c						
Distribuição de juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(26.744)	(26.744)
Constituição reserva legal		-	-	3.756	-	(3.756)	-
Constituição outras reservas de lucros		-	-	44.611	-	(44.611)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		338.669	5.658	92.429	(16.286)	-	420.470

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	75.111	29.427
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	4.865	4.233
Perda por redução ao valor recuperável	2.515	759
Provisões técnicas líquidas de ativos de retrocessão	1.807.832	1.477.018
Impostos fiscais diferidos	18.347	2.562
Outros ajustes	1.859	1.635
	1.910.529	1.515.634
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(353.392)	(291.115)
Créditos das operações com resseguros	(358.718)	(360.164)
Títulos e créditos a receber	1.514	(5.121)
Custos de aquisição diferidos	(1.349)	(7.995)
Outros créditos	(13.851)	(897)
Débitos de operações com resseguros	190.827	313.901
Contas a pagar	38.285	11.775
Depósitos de terceiros	23.183	32.605
Sinistros pagos	(1.412.806)	(1.190.469)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.544)	(17.471)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.678	683
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(263)	(192)
Aquisição de intangível	(3.030)	(2.006)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(3.293)	(2.198)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de juros sobre capital próprio	(14.861)	-
Arrendamentos	(2.710)	(2.353)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(17.571)	(2.353)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(17.186)	(3.868)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.500	33.368
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12.314	29.500

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras anuais.

1. Contexto operacional

A Austral Resseguradora S.A. (“Companhia”), com sede no Brasil e matriz localizada na Avenida Bartolomeu Mitre, 336 - 3º andar, Leblon, na cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade de capital fechado, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 25 de janeiro de 2010. A Companhia tem por objeto a exploração de operações de resseguros e retrocessão em todos os ramos de seguros, conforme definidos na legislação vigente, atuando em todo o território nacional, podendo participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Companhia é controlada pela Austral Participações S.A., a qual é detentora da totalidade das ações.

1.1. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia opera com resseguros nas modalidades automático e facultativo, tanto proporcionais, quanto não-proporcionais. A atuação ocorre em praticamente todas as linhas de negócio, com riscos pulverizados nos mercados nacional e internacional com foco na América Latina, onde conta com seu escritório em Bogotá, Colômbia.

Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outro, total ou parcialmente, um risco assumido através da emissão de uma apólice ou um conjunto delas. Dessa forma, reduz-se a responsabilidade na aceitação de um risco, cedendo a outro uma parte da exposição e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro atua na diluição dos riscos, sendo uma ferramenta essencial para a manutenção da solvência das seguradoras quando na ocorrência de grandes tragédias, por exemplo. Em alguns casos, por força de contrato ou regulação, o resseguro passa a ser obrigatório.

A Companhia opera em praticamente todas as linhas de negócio com contratos automáticos e facultativos:

- **Contrato Automático** – São operações de resseguro nas quais a cedente repassa ao ressegurador uma carteira de riscos ou apólices, podendo a seguradora subscrevê-las de forma automática de acordo com as condições, proporções e prazos previamente estabelecidos entre as partes.
- **Resseguro Facultativo** – São operações de resseguro nas quais a cedente repassa ao ressegurador uma parcela dos riscos ou apólices individualmente, ou seja, caso a caso. Desta forma, o ressegurador terá a faculdade de analisar e aceitar cada risco ou apólice de forma individual.

Dentre os contratos automáticos, a Companhia atua tanto com contratos proporcionais (principalmente contratos de cota-parte ou de excedente de responsabilidade), como com contratos não proporcionais (principalmente excesso de danos, mas também com alguns contratos de *stop loss*).

As principais linhas de negócio de resseguros com atuação da Companhia são listadas a seguir:

i. Patrimonial (*property* e engenharia)

Refere-se a cobertura de danos suscetíveis a avaliação financeira objetiva. Subdivide-se em danos emergentes, definidos como aquilo que o patrimônio do prejudicado efetivamente perdeu (abrangem os danos materiais e os prejuízos financeiros), e em perdas financeiras, definidas como redução ou eliminação de expectativa de aumento do patrimônio.

É a principal linha de negócio da Companhia, principalmente para contratos automáticos no Brasil e na América Latina.

ii. *Marine & Energy*

O Seguro Marítimo ("*Marine*") tem por finalidade garantir indenizações por perdas ou danos a embarcações e seus acessórios, bem como às mercadorias nelas embarcadas, frete, lucro esperado ou quaisquer outros interesses que possam ser monetariamente mensurados. A cobertura estende-se a qualquer tipo de modalidade de navegação, seja ela em águas marítimas, fluviais ou lacustres.

O Seguro de Riscos de Petróleo ("*Energy*") garante cobertura para bens, equipamentos e responsabilidade civil, decorrente dos riscos ligados às operações de prospecção, perfuração e produção de petróleo e/ou gás, em terra ("*onshore*") e no mar ("*offshore*").

iii. Responsabilidade Civil (*Casualty*)

As principais linhas consideradas nesse segmento são: Responsabilidade Civil Geral e Responsabilidade Civil Proporcional – E&O e D&O.

O seguro de Responsabilidade Civil garante ao segurado, responsável por danos causados a terceiros, o pagamento e/ou reembolso das reparações que for condenado a pagar, atendidas as disposições do contrato, além do reembolso de despesas emergenciais efetuadas para tentar evitar e/ou minorar os danos.

iv. Garantia (*Surety Bonds*)

O Seguro Garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado.

A Companhia opera apenas com contratos automáticos nesta linha de negócio. Atualmente as principais modalidades são Garantia Judicial (principalmente no Brasil), Garantia de Performance e Fiança Locatícia.

v. Automóvel

A Companhia opera com alguns contratos de resseguro para automóveis no país, principalmente com cedentes (seguradoras) pequenas e médias, que desejam reduzir sua volatilidade ou obter um alívio na necessidade de capital regulatório.

vi. Aeronáutico

Trata-se de uma linha de negócio altamente especializada, onde a Companhia atua, no Brasil e na América Latina, em parceria com uma agência de subscrição de riscos terceirizada, que detém *expertise* e histórico no segmento.

vii. Outras linhas de *Property & Casualty*

Contratos automáticos de riscos diversos, riscos de segurança cibernética, e outras linhas eventuais, buscando manter níveis confortáveis de retrocessão.

viii. Pessoas (Vida e Acidentes Pessoais)

Contratos automáticos de vida e acidentes pessoais e alguns riscos facultativos de vida em grupo (quando os grupos são grandes, os modelos de precificação se assemelham muito aos aplicáveis aos contratos automáticos).

A atuação da Companhia em resseguros de ramos de pessoas engloba tanto a proteção de carteiras existentes das seguradoras quanto o auxílio na criação de novos produtos ou coberturas.

Estes seguros têm por objetivo garantir o pagamento de indenização, observadas as condições contratuais e as garantias contratadas. São exemplos de seguros de pessoas: Seguro de Vida, Seguro Funeral, Seguro de Acidentes Pessoais, Seguro Educacional, Seguro Prestamista, Seguro de Diária por Internação Hospitalar e Seguro Desemprego (perda de renda).

Os Seguros de Pessoas podem ser contratados de forma individual ou coletiva. Nos seguros coletivos, os segurados aderem a uma apólice contratada por um estipulante, que tem poderes de representação dos segurados perante a seguradora, nos termos da regulamentação vigente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras anuais

As demonstrações financeiras anuais foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e suas alterações, da Resolução CNSP nº 453, de 19 de dezembro de 2022, e suas alterações, dos pronunciamentos técnicos, das orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, do Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA, quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP”.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras anuais foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de fevereiro de 2025.

2.1. Base de mensuração

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras anuais estão expressos em reais - (R\$), e foram arredondados para milhares de reais (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações financeiras anuais foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos passivos de arrendamento, que foram reconhecidos pelo valor presente das obrigações, e dos seguintes itens, que foram reconhecidos no balanço patrimonial a valor justo:

- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado - VJR (Nota 5); e
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA (Nota 5).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira foram convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação ou do dia útil imediatamente anterior. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações foram reconhecidos no resultado do exercício. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço e as diferenças decorrentes da conversão foram lançadas diretamente contra o resultado do exercício.

A exposição a risco cambial decorrentes das operações em moeda estrangeira, bem como sua gestão, está detalhada na Nota 4.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

A partir de 1º de janeiro de 2024, a Companhia adotou os requerimentos contidos na Circular SUSEP nº 678, de 10 de outubro de 2022, que entre outras providências, aprovou a norma emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 48 - Instrumentos Financeiros, em substituição ao CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, com algumas adaptações.

O CPC 48 - Instrumentos Financeiros inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*.

As mudanças trazidas pela Circular nº 678 e consequente adoção do CPC 48, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, quanto a classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (RVR) de ativos financeiros e, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, não impactaram materialmente o patrimônio líquido da Companhia.

Em conformidade com o CPC 48, a Companhia optou em não rerepresentar os períodos anteriores em relação à (i) classificação e mensuração de ativos financeiros; (ii) perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros; e (iii) modificações nos termos de ativos e passivos financeiros. As diferenças nos ativos financeiros e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48 foram reconhecidas no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2024.

Além da adoção do CPC 48, a Circular SUSEP nº 678 instituiu que, na elaboração do Teste de Adequação do Passivo (TAP), entre outras providências, os resultados parciais por grupos de contratos poderão ser compensados nos termos da política contábil da supervisionada.

A seguir são apresentadas cada uma das principais mudanças trazidas com os requerimentos:

Mensuração de perdas de crédito esperadas

O modelo estabelecido pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros para reconhecimento de *impairment* é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, que é baseado nas perdas de crédito incorridas.

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de inadimplência da contraparte, uma vez apurados os históricos de perdas observadas e o rating atribuído pelas agências de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa, ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Como mencionado anteriormente, as principais alterações em relação a norma emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis introduzidas pela Circular nº 678, de 10 de outubro de 2022, dizem respeito à rubrica de Prêmios a receber e Provisão de prêmios não ganhos de resseguro, onde:

(a) A redução ao valor recuperável (RVR) de Prêmios a receber deverá ser constituída:

- Preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos; ou
- A partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da supervisionada.

(b) A redução ao valor recuperável (RVR) da Provisão de prêmios não ganhos de resseguro deverá ser constituída se:

- Houver evidências objetivas, como resultado de evento que ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo por contrato de resseguro, que a cedente possa não receber todo o valor relacionado a ele nos termos do contrato; e
- O impacto desse evento no valor que a cedente tem a receber do ressegurador pode ser mensurado de forma confiável.

Com exceção da conta de Provisão de prêmios não ganhos, a redução ao valor recuperável de contas de ativo cuja contraparte seja um ressegurador deverá ser calculada a partir do risco de inadimplência de cada ressegurador, o qual deverá considerar, no mínimo:

- O histórico de perdas com o ressegurador;
- Análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador; e
- Eventuais divergências ou litígios referentes à cobertura do contrato de resseguro que possam resultar em valores a receber pela cedente inferiores ao inicialmente contabilizado.

A Circular SUSEP nº 678, de 10 de outubro de 2022, estabelece que a partir de 2024, o estudo técnico para a avaliação da redução ao valor recuperável passa a ser exigido para todas as supervisionadas.

Classificação dos instrumentos financeiros

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado, com o resultado líquido, incluindo juros, reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos e reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado

A Nota 3 contém informações adicionais sobre as principais políticas contábeis referentes ao reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão resumidas a seguir:

3.1. Disponível

Refere-se ao dinheiro em caixa e saldos positivos em conta corrente, com risco insignificante de mudança de valor justo e são recursos utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e contabiliza seus instrumentos financeiros, como descrito a seguir:

- **Derivativos**

Trata-se de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados a proteção de riscos associados com a variação das taxas de juros e taxas de câmbio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão.

Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para a valorização dos instrumentos financeiros derivativos, são usadas cotações de preço de mercado para determinar o valor justo desses instrumentos. O valor justo dos contratos de futuro é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa.

- **Mensurados ao valor justo por meio do resultado - VJR**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. A Companhia tem sua carteira administrada pela Vinci Gestora de Recursos Ltda. e seus ativos são registrados contabilmente pelo valor justo com base na marcação de preços em mercado ativo.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço conforme informado pelos Administradores dos respectivos fundos de investimento. Os valores de mercado dos fundos listados em carteira foram obtidos a partir dos preços negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA**

São classificados nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são mensurados pelo valor justo e as variações que não sejam decorrentes de perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

- **Recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses da data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de resseguros e retrocessão, tais como saldo de prêmios a receber, são classificados nesta categoria e são mensurados, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado, deduzido da provisão de redução ao valor recuperável - *impairment*.

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (exceto contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

- **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.3. Custos de aquisição diferidos

As despesas de comissão de resseguro são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de resseguro relacionado.

3.4. Ativos e passivos de retrocessão

Os ativos de retrocessão são representados por valores a receber de resseguradores para os quais a Companhia tenha transferido parte de sua exposição de risco, carteira ou negócios, sendo registrados no curto e longo prazo dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento destes ativos junto aos retrocessionários.

Os passivos projetados para serem pagos aos resseguradores e retrocessionários são compostos, substancialmente, por prêmios a pagar em contratos de resseguros e retrocessão.

Os ativos de retrocessão são avaliados consistentemente com os passivos de resseguro que foram objeto de retrocessão, e de acordo com os termos e condições de cada contrato de retrocessão.

A Companhia analisa a recuperação dos ativos de retrocessão regularmente e, no mínimo, a cada data de reporte, com base em estudo específico, em linha com as determinações da Circular SUSEP nº 648/21. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, reduz o valor contábil do ativo de retrocessão ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do exercício.

A Companhia utilizou as normativas e orientações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e CPC 11 - Contratos de Seguro, para avaliação das suas operações e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de retrocessão, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos de resseguros e retrocessão.

3.5. Salvados e ressarcimentos

Para as operações de resseguros, os valores de salvados e ressarcimentos efetivos e estimados são reconhecidos no balanço conforme os dados fornecidos diretamente pela cedente. A estimativa é contabilizada como um redutor das provisões de sinistros e reflete exclusivamente a expectativa de recebimento de salvados e ressarcimentos de sinistros ainda não pagos.

Adicionalmente, não são considerados como redutor das provisões de sinistros a expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos relativa aos sinistros já liquidados, sendo, nesse caso, registrada no ativo. No caso de liquidação parcial, a expectativa de recebimento está limitada ao valor da parcela do sinistro correspondente ainda pendente de pagamento.

3.6. Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

3.7. Intangível

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimentos implementados em *softwares* de terceiros que são diretamente usados pela Companhia são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos incorridos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento inicialmente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada. Caso haja indicativo de perda de valor recuperável, testes de *impairment* são aplicados, a fim de indicar eventuais necessidades de ajuste do valor do ativo intangível.

Ativo intangível de vida útil indefinida não é amortizado, mas são revistos no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.

3.8. Provisões técnicas de contratos de resseguros

As provisões técnicas para garantia dos contratos de resseguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras e resseguradoras e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e CPC 11 - Contratos de Seguro.

As metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico.

- **Provisão de prêmios não ganhos – PPNG**

Provisão constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer dos contratos de resseguros, referentes aos riscos assumidos na data-base do cálculo, incluindo a estimativa para contratos vigentes e não emitidos.

Para cálculo da parcela de riscos vigentes já emitidos, utiliza-se metodologia *pro-rata die*, consideradas as especificidades de cada risco a respeito do tipo de contrato e vigência correspondente. A apuração da parcela de PPNG considera as normas e orientações da SUSEP, uma vez obedecidos os critérios estabelecidos em legislação vigente.

A estimativa da provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e não emitidos de contratos facultativos e não proporcionais é realizada a partir da utilização das taxas históricas de atraso verificadas na carteira, avaliadas por agrupamento de risco.

Em relação à parcela de provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos de contratos proporcionais, o diferimento é aplicado sobre os valores de prêmios estimados estabelecidos no início do contrato conforme estimativas acordadas em contrato com a cedente, e posteriormente substituídos pelos valores de prêmios efetivos conforme prestações de contas técnicas.

- **Provisão de sinistros a liquidar – PSL**

Corresponde à melhor estimativa dos valores de sinistros administrativos e judiciais avisados e não pagos, considerando suas posições mais recentes conforme valores informados pela cedente. Os valores que constituem a provisão de sinistros a liquidar contemplam as atualizações monetárias dos sinistros e expectativas de salvados e ressarcimentos relacionados.

- **Provisão de sinistros ocorridos e não avisados – IBNR**

A provisão de IBNR consiste na melhor estimativa atuarial do montante de sinistros administrativos e judiciais já ocorridos, mas ainda não reportados à Companhia até a data-base de cálculo.

A Companhia estima sua provisão de IBNR global utilizando metodologia de triângulo de desenvolvimento de sinistros através dos métodos de Chain Ladder e Bornhuetter-Ferguson ou de sinistralidade esperada, e analisa a aderência da estimativa via testes de consistências mensais.

A Companhia avalia suas provisões regularmente de forma a adaptar seu modelo para suas diferentes linhas de negócio, sendo este devidamente descrito em Nota Técnica Atuarial.

- **Provisão de despesas relacionadas – PDR**

Provisão constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, e abrange tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

- **Provisão de excedente técnico – PET**

A provisão de excedente técnico tem como objetivo estimar os valores devidos pela Companhia, de acordo com o resultado dos contratos que apresentam cláusula de participação nos lucros, *no claim bonus* ou cláusula de comissão escalonada (*sliding scale*).

A provisão de excedente técnico é realizada por contrato, de acordo com critérios específicos previamente definidos entre as partes, e ajustada ou revertida à medida que os valores provisionados são efetivamente liquidados.

- **Teste de adequação de passivo – TAP**

Semestralmente, a Companhia avalia as obrigações decorrentes dos contratos de resseguro e retrocessão, vigentes na data-base através do teste de adequação de passivos. O teste de adequação de passivo é realizado a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais às parcelas do passivo para a obtenção da melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros projetados.

As estimativas dos fluxos de caixa são preparadas em diversas moedas além do Real e Dólar. Especificamente para operações em moeda nacional, utiliza-se a ETTJ (Estrutura a Termo das Taxas de Juros – evolução das taxas pagas sobre investimentos em renda fixa no Brasil) livre de risco pré-fixada da Associação Brasileira de Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – AMBIMA disponibilizada pelo site da SUSEP para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utiliza-se a curva de cupom cambial disponibilizada pela SUSEP.

Uma vez que a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP não disponibiliza curvas específicas para as demais moedas em que a Companhia opera, a Companhia utilizou curvas alternativas para as moedas em que apresenta ativos financeiros investidos.

As premissas de sinistralidade utilizadas para projeção de sinistros futuros oriundos dos negócios vigentes na data-base do estudo têm como base uma análise criteriosa da carteira e resultados históricos internos e de mercado em cada linha de negócio. O fluxo de despesas relacionadas aos sinistros futuros é resultado da análise histórica da carteira, considerados os fluxos de despesas administrativas necessários para a manutenção dos negócios vigentes até o término da obrigação.

O resultado do teste de adequação de passivo indicou que as provisões constituídas deduzidas dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro vigentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A comparação entre a provisão de prêmios não ganhos constituída, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados, contra o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Companhia, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

3.9. Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos deduzidos de quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

A Companhia utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes aplicados individualmente a cada contrato de acordo com as estimativas projetadas como prazo de arrendamento.

3.10. Provisões judiciais

As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelo departamento jurídico interno e pela assessoria jurídica externa, dos processos judiciais em curso com provável desembolso futuro. As alterações de estimativas dos processos e os honorários de sucumbência são registradas respectivamente nas linhas de indenizações avisadas e despesas de sinistros, e as atualizações monetárias no resultado financeiro.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.11. Benefícios a empregados

- **Pós emprego e convencionais**

A Companhia não possui benefícios na modalidade pós-emprego, mantendo apenas os benefícios previstos nas convenções coletivas sindicais tais como o plano para participação nos lucros - PLR, o qual está vinculado a atingimento de metas globais, departamentais e individuais que são estabelecidas e acordadas para cada exercício.

- **Plano de incentivo baseado em ações**

Os incentivos baseados em ações são mensurados e reconhecidos a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do período em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o beneficiário adquire o direito completo à ação (data de aquisição).

3.12. Impostos e contribuições

- **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas com base nas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras anuais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos em decorrência das diferenças temporárias, levando-se em consideração a expectativa da Administração sobre a existência de resultados tributáveis futuros para que as diferenças temporárias sejam realizadas.

Os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária.

3.13. Redução ao valor recuperável - RVR

- **Recebíveis**

A Companhia avalia periodicamente se há evidências de risco de inadimplência nos valores de prêmios a receber, ressarcimentos e sinistros a recuperar através de uma análise individualizada dos contratos vencidos acima de 180 dias. A metodologia empregada para determinar o risco considera o prazo de vencimento, o fluxo de pagamentos da contraparte, a qualidade do seu score de crédito e informações fornecidas pelas cedentes, histórico de perdas e provisões de sinistros a liquidar que possibilitem compensação de contas. Se, em períodos subsequentes, houver redução da provisão do valor recuperável, o montante da redução é reconhecido no resultado.

- **Títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA**

Para a redução ao valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, considera as perdas de crédito esperadas, que são uma estimativa ponderada por probabilidade de perdas de crédito baseada no rating, ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O déficit de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. O montante da redução ao valor recuperável é reconhecido no patrimônio líquido da Companhia.

- **Ativos de retrocessão**

Alinhado aos objetivos estratégicos da Companhia, sua carteira de riscos é suportada por contratos de retrocessão automáticos e facultativos.

A metodologia utilizada no cálculo da redução ao valor recuperável das contas do ativo cuja contraparte seja um ressegurador consiste no valor esperado da perda da exposição por data-base, segregada por ressegurador, levando em consideração não somente os aspectos quantitativos da avaliação do risco de inadimplência, mas também os aspectos qualitativos inerentes das operações as quais a Companhia está exposta. A análise do risco de crédito com o ressegurador é feita na sua maior parte pela análise prospectiva da capacidade de pagamento do ressegurador. As principais variáveis consideradas foram as seguintes: Exposição, Probabilidade de Perda (*Default*) e *Loss Given Default* (LGD).

- **Outros ativos**

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

3.14. Resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera:

- **Prêmios e comissões**

Os prêmios de resseguros são contabilizados e reconhecidos no resultado com base na vigência e emissão dos contratos.

Os prêmios de resseguros e as despesas de comercialização oriundos de facultativos e não proporcionais são registrados no momento da aceitação do contrato ou no início de vigência, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

Para os contratos proporcionais, o prêmio efetivamente cedido ao ressegurador é reconhecido em data posterior ao início de vigência do contrato, conforme emissão da cedente. Assim, a emissão do prêmio e das despesas de comercialização pela Companhia são realizadas uniformemente ao longo da vigência do contrato, utilizando o prêmio estimado informado pela cedente no momento da sua aceitação, salvo quando é divulgada alguma sazonalidade de emissão de prêmios da cedente. A Companhia pode aplicar um fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo interno elaborado. Além disso, os prêmios estimados já reconhecidos são ajustados à medida que os prêmios efetivos são informados.

Os prêmios relativos aos contratos de retrocessão cedida são registrados e reconhecidos de acordo com a vigência do risco e características do contrato de retrocessão e dos riscos de resseguro inseridos nesses contratos.

O prêmio ganho refere-se a diferença entre os prêmios emitidos e as variações de reserva de PPNG no período.

- **Sinistros**

Os sinistros de resseguros e de retrocessões compreendem o montante total de indenizações ocorridas e as despesas referentes a sua regulação e liquidação.

A parcela de sinistros ocorridos contempla os sinistros avisados no período (pagos e pendentes), e a variação na estimativa de sinistros que já ocorreram, mas ainda não foram reportados à Companhia.

3.15. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras anuais requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados diferentes em períodos subsequentes.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

- Valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a VJR e por VJORA (Nota 5);
- Avaliação de ativos e passivos de contratos de seguros, resseguro e retrocessão (Notas 4 e 13);
- Créditos tributários (Nota 8);
- Custos de aquisição diferidos (Nota 9);
- Salvados e ressarcimentos (Nota 8);
- Provisões judiciais (Nota 15); e
- Redução valor recuperável (RVR) - perda esperada (Nota 2.3).
- Teste de *impairment* (Nota 10).

3.16. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro.

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido, e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

3.17. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício, excluindo quaisquer ações em tesouraria que tenham sido objeto de recompra durante o exercício.

O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária e preferencial no desempenho e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o exercício.

O cálculo da média ponderada das ações ordinárias, considera:

- Quantidade de ações em circulação (líquida das ações em tesouraria); e
- Opções de ações exercíveis.

3.18. Normas, interpretações e orientações novas e revisadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo CPC, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro 2024:

- CPC 50 - Contratos de Seguros

O CPC 50 estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos.

O CPC 50 será aplicável à Companhia quando adotados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Companhia não concluiu suas análises sobre os impactos do CPC 50.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não tenham entrado em vigor que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras anuais da Companhia.

A norma a seguir não deverá ter um impacto material nas demonstrações financeiras anuais da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações:

- Estrutura conceitual para relatório financeiro – CPC 00 (R2)

4. Gestão de risco de resseguro e risco financeiro

A Companhia adota como definição da estrutura de gestão de risco o conjunto de componentes que fornecem os fundamentos e os arranjos organizacionais que possibilitem: a concepção, implementação, monitoramento, análise crítica e melhoria contínua da gestão de riscos através de toda organização.

Os procedimentos de gestão de risco têm como base as melhores práticas definidas no *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission - COSO* e *Enterprise Risk Management – ERM*, em sua versão 2017, cujas etapas de avaliação do ambiente de controle são (i); avaliação de riscos; (ii) atividades de controle; (iii) atividades de monitoramento; e (iv) atividades de informação e comunicação. Estas são realizadas levando em consideração a natureza, escala e complexidade de nossas operações. O COSO é reconhecido como uma referência internacional no tema e esta versão vem ao encontro das melhores práticas, alinhando o gerenciamento de risco com a estratégia da Companhia.

A Companhia também utiliza o conceito de três linhas de defesa, recém atualizado pelo Instituto de Auditores Internos – IIA, a fim de determinar papéis, responsabilidades e governança dentro de todo o processo de gestão de risco.

A gestão de risco está diretamente relacionada aos objetivos da Companhia, alinhando-se às estratégias de negócios, à definição de seus controles operacionais internos e à busca da excelência na gestão empresarial.

Os prêmios emitidos por região, são distribuídos da seguinte forma:

<u>Região geográfica</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Internacional	6.413	4.576
América Latina (exceto Brasil)	601.809	398.219
Brasil	2.199.131	2.202.837
Total (*)	2.807.353	2.605.632

(*) Montantes brutos de comissão e sem RVNE.

a) Gestão de risco de subscrição

Um dos principais riscos nas operações de seguros e resseguros é a possibilidade das condições de aceitação estabelecidas para um determinado risco serem inadequadas diante das responsabilidades efetivamente assumidas ou das provisões técnicas se mostrarem insuficientes. Um dos fatores de risco associado de maior relevância é a frustração de expectativas quanto a frequência e/ou valores a pagar de sinistros, o que implicaria em possível insuficiência dos prêmios e/ou provisões para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas frente aos clientes e/ou no incremento da constituição de reservas a fim de que os valores provisionados sejam suficientes para cobertura destas obrigações.

A Companhia adquire retrocessão como parte do seu programa para redução de volatilidade e ampliação de capacidade. A retrocessão cedida é colocada em bases proporcionais e não proporcionais. Na retrocessão proporcional, os riscos (prêmios e sinistros) são cedidos na mesma proporcionalidade. Para as retrocessões não proporcionais, as retrocessionárias se comprometem a indenizar o valor do sinistro que excede um determinado limite (prioridade) contratualmente acordado, minimizando assim a perda. Valores a recuperar junto às retrocessionárias estão estimados de forma consistente em todas as provisões técnicas, de acordo com os contratos de retrocessão.

Para a gestão dos riscos de subscrição de resseguros, a Companhia mantém políticas, diretrizes e procedimentos operacionais para avaliação de subscrição de riscos direcionadas para cada linha de negócio em que opera. A política de subscrição norteia a tomada de decisões e as ações e os procedimentos adotados para avaliação de riscos a serem subscritos. Os parâmetros adotados para a elaboração de orçamento e definição das metas (produção, comissionamento, sinistralidade, resultado, entre outros) levam em consideração as premissas de gestão de risco e, portanto, são atingíveis, sustentáveis e condizentes com a estrutura e capital e visam a geração de lucros estáveis e contínuos. Além disso, a diversificação da carteira, bem como o monitoramento constante desta e do mercado para eventuais ajustes faz parte da estratégia de mitigação dos riscos de subscrição.

A Companhia subscreve riscos, considerando os fatores técnicos de cada contrato e linha de negócio. A política de subscrição é suportada pelas diretrizes de subscrição de riscos da carteira, procedimentos de subscrição e pelo regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados, periodicamente revisados e devidamente divulgados a todos os envolvidos. Para fins de precificação dos riscos da carteira, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis e que respeitem as rentabilidades mínimas estabelecidas pela Companhia, são adotadas ferramentas de precificação atualizadas periodicamente e que fazem uso das melhores práticas de modelagens, consolidadas na comunidade atuarial. Dentre as principais metodologias de precificação encontram-se: avaliação histórica de resultado, análise de frequência e severidade de sinistro, exposição, perfil, rentabilidade e experiência.

Análise de sensibilidade

Para a realização da análise de sensibilidade da sinistralidade, adotou-se como premissa o agravamento de 5 p.p. em relação a sinistralidade incorrida por ramo no ano corrente. As tabelas abaixo apresentam os valores de variação dos sinistros ocorridos brutos e líquidos de retrocessão, considerando as seguintes sinistralidades:

	31/12/2024		
	Base	Cenário 5 p.p.	Impacto
Efeitos brutos de retrocessão			
Patrimônio líquido	420.470	357.920	(62.550)
Lucro líquido do exercício	75.111	12.561	(62.550)
Impacto (%) no resultado do exercício			(83,3%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(14,9%)
Efeitos líquidos de retrocessão			
Patrimônio líquido	420.470	396.215	(24.255)
Lucro líquido do exercício	75.111	50.856	(24.255)
Impacto (%) no resultado do exercício			(32,3%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(5,8%)
31/12/2023			
Efeitos brutos de retrocessão			
Patrimônio líquido	383.529	325.501	(58.028)
Lucro líquido do exercício	29.427	(28.601)	(58.028)
Impacto (%) no resultado do exercício			(197,2%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(15,1%)
Efeitos líquidos de retrocessão			
Patrimônio líquido	383.529	353.739	(29.790)
Lucro líquido do exercício	29.427	(363)	(29.790)
Impacto (%) no resultado do exercício			(101,2%)
Impacto (%) no patrimônio líquido			(7,8%)

b) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos da Companhia define as diretrizes para a alocação dos recursos em títulos e valores mobiliários, bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises de cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Companhia considera a necessidade de caixa e o gerenciamento dos seus ativos e passivos, seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada diariamente através de análise e monitoramento da carteira.

O comitê de investimentos da Companhia, se reúne com frequência para analisar a performance da carteira, discutir cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para alocação dos investimentos.

Os riscos financeiros podem ser divididos em quatro categorias de risco principais: mercado, crédito, liquidez e cambial. As informações a seguir serão apresentadas conforme cada categoria mencionada.

1) Risco de mercado

É definido como a possibilidade de perdas resultantes da variação de preços de mercado dos ativos e passivos da Companhia.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value-at-Risk* (VaR), um dos métodos mais tradicionais na gestão deste risco, que consiste numa métrica estatística de avaliação que estima a perda potencial máxima que a carteira poderia sofrer, em um determinado período, com um determinado intervalo de confiança, se consideradas condições normais de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia monitora, diariamente, o risco de mercado e sistêmico da sua carteira de investimentos, através do *Value-at-Risk* (VaR) com intervalos de confiança de 95% e 99%, nos modelos de simulação com dados históricos e paramétrico, no horizonte de tempo de 1 dia e 252 dias úteis.

Além disso, a Companhia realiza teste de estresse na variável de juros, maior componente da carteira de investimentos, assim como no câmbio, a ser visto no item 4) desta nota, risco cambial.

(i) Carteira de investimentos

Segundo a análise do VaR, tais investimentos poderiam gerar pelo método histórico, com janela de observação de 252 dias úteis, *holding period* de um dia e com nível de confiança de 95%, uma perda de 0,24% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2024 (0,12% em 31 de dezembro de 2023), que equivale a R\$3.330. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,38% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2024 (0,22% em 31 de dezembro de 2023), que equivale a R\$5.273.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Histórico	Impacto	Histórico	Impacto
VaR 95%	(0,24%)	(3.330)	(0,12%)	(893)
VaR 99%	(0,38%)	(5.273)	(0,22%)	(1.638)

Ao utilizar o método paramétrico, considerando o VaR com janela de observação de 252 dias úteis, *holding period* de um dia e nível de confiança de 95%, observou-se uma perda 0,26% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2024 (0,13% em 31 de dezembro de 2023), que equivale a R\$3.607. Com nível de confiança de 99%, observou-se uma perda de 0,38% do total de ativos da carteira em 31 de dezembro de 2024 (0,20% em 31 de dezembro de 2023), que equivale a R\$5.273.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Paramétrico	Impacto	Paramétrico	Impacto
VaR 95%	(0,26%)	(3.607)	(0,13%)	(968)
VaR 99%	(0,38%)	(5.273)	(0,20%)	(1.489)

Além das avaliações do VaR, também são levadas em consideração na performance e alocação de ativos na carteira de investimento, cenário estressado da taxa de juros básica da economia, a SELIC e a taxa implícita dos títulos indexados à inflação. Para tanto, foram considerados os seguintes cenários base, provável e estressados (variação positiva e negativa de 25% e 50% da taxa SELIC, além de variação positiva e negativa de 100bps e 200bps da curva implícita dos títulos indexados à inflação):

- Cenário base: taxa de juros SELIC de 12,15% em 31 de dezembro de 2024;
- Cenário provável: taxa de juros SELIC de 14,75% estimada para 31 de dezembro de 2025* pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2024;
- Cenário I: redução de 50%, em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 6,08%);
- Cenário II: redução de 25%, em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 9,11%);
- Cenário III: aumento de 25% em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 15,29%); e
- Cenário IV: aumento de 50% em relação à taxa do cenário base (Taxa de juros SELIC 18,23%).

Cenário	Choque	31/12/2024	
		Impacto no resultado bruto dos impostos (*)	
Provável	21,4%		(6.511)
I	(50%)		15.215
II	(25%)		7.607
III	25%		(7.607)
IV	50%		(15.215)

(*) Impacto no resultado bruto de impostos nas datas de 31/12/2024.

- Cenário base: Foi considerado o mesmo do cenário provável. É o cenário onde a curva da IPCA é igual a curva implícita dos títulos indexados à inflação;
- Cenário I: redução de 200bps, em relação à taxa do cenário base;
- Cenário II: redução de 100bps, em relação à taxa do cenário base;
- Cenário III: aumento de 100bps em relação à taxa do cenário base; e
- Cenário IV: aumento de 200bps em relação à taxa do cenário base.

Cenário	Choque	31/12/2024	
		Impacto no resultado bruto dos impostos (*)	
I	(200 bps)		9.664
II	(100 bps)		4.832
III	100 bps		(4.832)
IV	200 bps		(9.664)

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

		31/12/2023
Cenário	Choque	Impacto no resultado bruto dos impostos (*)
I	(200 bps)	14.900
II	(100 bps)	7.400
III	100 bps	(7.400)
IV	200 bps	(14.900)

(*) Impacto no resultado bruto de impostos nas datas de 31/12/2024 e 31/12/2023.

2) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados e/ou da desvalorização dos recebíveis decorrente da redução na classificação de risco do tomador ou contraparte.

A Companhia entende que a principal origem do seu risco de crédito é exposição do resseguro para as operações da seguradora e a retrocessão para as operações da resseguradora. Com o objetivo de mitigar tal risco adotou-se análise de Rating de Crédito, determinado por agências classificadoras de riscos. Por ser parte complementar ao processo de subscrição, o rating é observado no processo de aceitação, precificação e alçadas. Adicionalmente, a Companhia monitora as exposições por ressegurador e retrocessionário, bem como acompanha e avalia as mudanças e tendências do mercado de seguros e resseguros, assim como do mercado financeiro.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros, componentes da carteira de investimentos além dos títulos públicos do governo federal, é limitado porque as contrapartes são representadas por emissores com elevado rating de crédito avaliado por agências classificadoras de riscos.

A tabela abaixo apresenta o total de exposição ao risco de crédito para as diversas categorias de ativos da Companhia. Além disso, apresenta o prazo dos ativos vencidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

								31/12/2024
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 365 dias	Superior a 365 dias	Valor contábil
Disponível	12.314	-	-	-	-	-	-	12.314
Mensurados ao valor justo por meio de resultado								
Privados	51.352	-	-	-	-	-	-	51.352
Públicos	373.533	-	-	-	-	-	-	373.533
Exterior	167.520	-	-	-	-	-	-	167.520
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes								
Privados	55.714	-	-	-	-	-	-	55.714
Públicos	376.486	-	-	-	-	-	-	376.486
Exterior	386.973	-	-	-	-	-	-	386.973
Créditos das operações com resseguros (*)	1.399.374	26.464	12.595	35.714	16.284	24.256	49.728	1.564.415
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de resseguro	2.823.266	26.464	12.595	35.714	16.284	24.256	49.728	2.988.307

								31/12/2023
Composição de carteira por classe e por categoria contábil	Ativos não vencidos	Vencidos até 30 dias	Vencidos entre 31 e 60 dias	Vencidos entre 61 e 120 dias	Vencidos entre 121 e 180 dias	Vencidos entre 181 e 365 dias	Superior a 365 dias	Valor contábil
Disponível	29.500	-	-	-	-	-	-	29.500
Mensurados ao valor justo por meio de resultado								
Privados	38.195	-	-	-	-	-	-	38.195
Públicos	374.727	-	-	-	-	-	-	374.727
Exterior	116.012	-	-	-	-	-	-	116.012
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes								
Privados	38.762	-	-	-	-	-	-	38.762
Públicos	288.546	-	-	-	-	-	-	288.546
Exterior	220.777	-	-	-	-	-	-	220.777
Créditos das operações com resseguros (*)	1.098.255	19.891	6.978	18.546	10.602	21.851	30.201	1.206.324
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de resseguro	2.204.774	19.891	6.978	18.546	10.602	21.851	30.201	2.312.843

(*) Os valores de créditos com operações com seguradoras e resseguradoras estão apresentados brutos da provisão para redução de valor recuperável.

A tabela a seguir apresenta o risco de crédito nas operações de retrocessão cedida a que a Companhia está exposta segregada pela classificação de rating da Standard & Poor's, AM Best, Moody's e Fitch. O conceito de exposição leva em consideração as provisões de sinistros, prêmios não ganhos já repassados aos resseguradores e créditos a recuperar conforme orientação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A classificação dessa exposição é dada de acordo com o melhor nivelamento por rating, seguindo a tabela apresentada a seguir. Adicionalmente, conforme apresentado, a Companhia possui exposição somente com resseguradores de níveis mínimos: BBB+ e B++, nas agências de risco Standard & Poor's e AM Best, respectivamente.

Standard & Poor's Co	Moody's Investor Services	Fitch Ratings	AM Best	31/12/2024		31/12/2023	
				Exposição (em R\$)	Exposição (em %)	Exposição (em R\$)	Exposição (em %)
AAA	Aaa	AAA	A++	10.484	0,3	5.188	0,3
AA+	Aa1	AA+	A+	1.744.288	52,3	612.944	39,5
AA	Aa2	AA	A+	23.924	0,7	16.999	1,1
AA-	Aa3	AA-	A+	78.582	2,4	286.307	18,5
A+	A1	A+	A	1.287.745	38,6	564.898	36,4
A	A2	A	A-	146.183	4,4	52.216	3,4
A-	A3	A-	A-	44.982	1,3	11.627	0,8
BBB+	Baa1	BBB+	B++	-	-	-	-
BBB	Baa2	BBB	B+	48	-	-	-
BBB-	Baa3	BBB-	B+	52	-	-	-
Total				3.336.288	100,0	1.550.179	100,0

3) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de a Companhia não ser capaz de cumprir suas obrigações financeiras, esperadas ou não, quando forem devidas, seja pela impossibilidade de realizar tempestivamente seus ativos ou pelo fato de tal realização resultar em perdas significativas e/ou no descumprimento de requisitos regulatórios.

A Administração possui monitoramento diário da carteira, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente, quando necessário, a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Companhia tem por filosofia ser conservadora na alocação de seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes.

Atualmente, a Companhia possui 96,4% (96,5% em 31 de dezembro de 2023) da sua carteira composta por ativos e instrumentos com liquidez diária, representados por depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. Adicionalmente, 2,0% (0,7% em 31 de dezembro de 2023) dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias e 1,6% (2,8% em 31 de dezembro de 2023) da carteira é composta por um fundo de investimento com prazo de resgate acima de 120 dias.

	31/12/2024					
Ativos e passivos	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva / Custo	Ganho / Perda	Valor contábil
Disponível	12.314	-	-	-	-	12.314
Ativos financeiros mensurados a VJR	572.690	19.715	592.405	592.516	(111)	592.405
Ativos financeiros mensurados ao VJORA (*)	819.173	-	819.201	849.908	(30.707)	819.173
Crédito das operações de seguros e resseguros	1.522.909	28.698	-	-	-	1.551.607
Títulos e créditos a receber	29.735	40.459	-	-	-	70.194
Outros valores e bens	8.275	9.734	-	-	-	18.009
Total de ativos	2.965.096	98.606	1.411.606	1.442.424	(30.818)	3.063.702
Contas a pagar	41.480	-	-	-	-	41.480
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro e retrocessão)	1.421.502	101.472	-	-	-	1.522.974
Depósito de terceiros	113.455	-	-	-	-	113.455
Débito das operações de seguros e resseguros	994.059	23.769	-	-	-	1.017.828
Outros débitos	1.466	9.641	-	-	-	11.107
Total de passivos	2.571.962	134.882	-	-	-	2.706.844

(*) O valor contábil é o valor de mercado deduzido da redução valor recuperável - RVR de R\$ 28.

Ativos e passivos	31/12/2023					
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	Valor de curva / Custo	Ganho / Perda	Valor contábil
Disponível	29.500	-	-	-	-	29.500
Ativos financeiros mensurados a VJR	519.838	9.096	528.934	528.910	24	528.934
Ativos financeiros mensurados ao VJORA	548.085	-	548.085	559.988	(11.903)	548.085
Crédito das operações de seguros e resseguros	1.175.343	19.945	-	-	-	1.195.288
Títulos e créditos a receber	31.793	50.383	-	-	-	82.176
Outros valores e bens	6.705	8.128	-	-	-	14.833
Total de ativos	2.311.264	87.552	1.077.019	1.088.898	(11.879)	2.398.816
Contas a pagar	26.872	-	-	-	-	26.872
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro e retrocessão)	1.047.895	79.567	-	-	-	1.127.462
Depósito de terceiros	75.170	-	-	-	-	75.170
Débito das operações de seguros e resseguros	814.265	12.911	-	-	-	827.176
Outros débitos	1.479	7.708	-	-	-	9.187
Total de passivos	1.965.681	100.186	-	-	-	2.065.867

4) Risco cambial

A Companhia opera carteira de investimentos em dólares norte-americanos. Conseqüentemente, qualquer movimentação das taxas de câmbio R\$/US\$ afetará sua demonstração de resultado e seu balanço patrimonial.

Análise de sensibilidade

Para a análise de sensibilidade das variações na taxa de câmbio R\$/US\$ na carteira de investimentos em moeda estrangeira foram considerados os seguintes cenários:

- Cenário base: taxa de câmbio PTAX de R\$/US\$ 6,1923 em 31 de dezembro de 2024;
- Cenário provável: taxa de câmbio de R\$/US\$ 5,997 estimada para 31 de dezembro de 2025 pelo Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2024;
- Cenário I: redução de 50,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 3,09);
- Cenário II: redução de 25,0%, em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 4,64);
- Cenário III: aumento de 25,0% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 7,74); e
- Cenário IV: aumento de 50,0% em relação à taxa do cenário base (R\$/US\$ 9,29).

Cenário	31/12/2024	
	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos (*)
Provável	(3,2%)	(13.639)
I	(50,0%)	(216.220)
II	(25,0%)	(108.110)
III	25,0%	108.110
IV	50,0%	216.220

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Cenário	31/12/2023	
	Oscilação da taxa de câmbio	Impacto no resultado bruto de impostos (*)
Provável	2,9%	3.929
I	(50,0%)	(68.570)
II	(25,0%)	(34.285)
III	25,0%	34.285
IV	50,0%	68.570

(*) Impacto no resultado bruto de impostos nas datas de 31/12/2024 e 31/12/2023

5. Aplicações financeiras

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

Taxas médias	31/12/2024					Valor de mercado	Valor contábil (*)	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses						
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado – VJR										
	51.352	254.917	286.136	-	-	592.405	592.405	592.516	42,0%	41,1%
Letras financeiras do tesouro – LFT	-	87.397	286.136	-	-	373.533	373.533	373.644	26,5%	25,9%
Certificado de depósito no exterior	9,00%	-	167.520	-	-	167.520	167.520	167.520	11,9%	11,6%
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	51.352	-	-	-	51.352	51.352	51.352	3,6%	3,6%
II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – VJORA										
	-	416.930	379.257	23.014	-	819.201	819.173	849.908	58,0%	58,9%
Notas do tesouro nacional – NTN-B	IPCA+3,72%	-	220.262	14.781	-	235.043	235.043	256.432	16,7%	17,8%
Notas do tesouro nacional – NTN-F	9,70%	-	50.391	-	-	50.391	50.391	50.396	3,6%	3,5%
Letras do tesouro nacional – LTN	11,81%	-	-	91.052	-	91.052	91.052	99.732	6,5%	6,9%
Debêntures – DEB	CDI+1,60%	-	259	36.487	7.153	43.899	43.893	43.982	3,1%	3,0%
Debêntures – DEB	107,25% do CDI	-	-	5.844	1.080	6.924	6.907	6.922	0,5%	0,5%
Letra financeira – LF	CDI+0,92%	-	2.371	2.543	-	4.914	4.914	4.884	0,3%	0,3%
Títulos públicos no exterior	2,90%	-	278.302	-	-	278.302	278.302	279.191	19,7%	19,4%
Títulos privados no exterior	3,90%	-	85.607	23.069	-	108.676	108.671	108.369	7,7%	7,5%
Total		51.352	671.847	665.393	23.014	1.411.606	1.411.578	1.442.424	100,0%	100,0%

(*) O valor contábil é o valor de mercado deduzido da redução ao valor recuperável - RVR de R\$ 28.

Taxas médias	31/12/2023					Valor de mercado	Valor contábil	Valor de curva	Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses						
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado - VJR										
	38.195	246.950	242.713	1.076	-	528.934	528.934	528.910	49,1%	48,6%
Letras financeiras do tesouro – LFT	Selic	-	130.938	242.713	1.076	374.727	374.727	374.703	34,8%	34,4%
Certificado de depósito no exterior	9,26%	-	116.012	-	-	116.012	116.012	116.012	10,8%	10,7%
Quotas de fundos de investimentos (i)	-	38.195	-	-	-	38.195	38.195	38.195	3,5%	3,5%
II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA										
	-	31.300	491.422	25.363	-	548.085	548.085	559.988	50,9%	51,4%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	220.201	17.910	-	238.111	238.111	248.875	22,1%	22,9%
Notas do tesouro nacional - NTN-F	PRÉ	-	50.435	-	-	50.435	50.435	50.511	4,7%	4,6%
Debentures	CDI+	-	2.387	26.814	7.453	36.654	36.654	36.994	3,4%	3,4%
Letra financeira - LF	CDI+	-	-	2.108	-	2.108	2.108	2.109	0,2%	0,2%
Títulos públicos no exterior	2,88%	-	-	126.034	-	126.034	126.034	126.647	11,7%	11,6%
Títulos privados no exterior	4,26%	-	28.913	65.830	-	94.743	94.743	94.852	8,8%	8,7%
Total		38.195	278.250	734.135	26.439	1.077.019	1.077.019	1.088.898	100,0%	100,0%

(i). Os saldos das quotas de fundos de investimentos são compostos pelos seguintes tipos de fundos: Fundo de Crédito Privado de R\$24.432 (R\$29.915 em 31 de dezembro de 2023), Fundo de Investimento em Participações de R\$14.371 (R\$31.492 em 31 de dezembro de 2023), Fundos Multimercados de R\$7.104 (R\$ 10.274 em 31 de dezembro de 2023 e Fundo Imobiliário de R\$5.464 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimentos são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, informado pelos respectivos administradores.

O valor de mercado dos fundos listados em carteira foi obtido a partir do preço negociado na B3 S.A.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos de acordo com o CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, como segue:

- **Nível 01:** Preços cotados e não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, por exemplo: Ações listadas, Fundos de Investimentos listados, Títulos Públicos do Governo Federal Brasileiro emitidos no Brasil e no Exterior e Títulos corporativos de Companhias brasileiras emitidos no Exterior; e
- **Nível 02:** Os Preços finais são obtidos observando-se outras informações, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços), por exemplo: Fundos de Investimentos não listados, Debêntures, Letras Financeiras e Certificados de Depósito Bancário.

	31/12/2024			31/12/2023		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado:						
Fundos de investimento:						
Quotas de fundos de investimentos	-	45.888	45.888	-	38.195	38.195
Quotas de fundos imobiliários	5.464	-	5.464	-	-	-
Títulos de renda fixa - privados:						
Certificado de depósito no exterior	-	167.520	167.520	-	116.012	116.012
Títulos de renda fixa - públicos:						
Letras financeiras do tesouro - LFT	373.533	-	373.533	374.727	-	374.727
II. Títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:						
Títulos de renda fixa – privados:						
Debêntures	-	50.800	50.800	-	36.654	36.654
Letra Financeira	-	4.914	4.914	-	2.108	2.108
Títulos privados no exterior	108.671	-	108.671	94.743	-	94.743
Títulos de renda fixa - públicos:						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	235.043	-	235.043	238.111	-	238.111
Notas do tesouro nacional - NTN-F	50.391	-	50.391	50.435	-	50.435
Letras do tesouro nacional - LTN	91.052	-	91.052	-	-	-
Títulos públicos no exterior	278.302	-	278.302	126.034	-	126.034
Total	1.142.456	269.122	1.411.578	884.050	192.969	1.077.019

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	278.754	499.567	778.321
(+) Aplicações	1.508.838	196.843	1.705.681
(-) Resgates	(1.308.555)	(189.090)	(1.497.645)
(+) Rendimentos	46.729	36.777	83.506
(+/-) Variação cambial	3.017	(8.653)	(5.636)
(+/-) Ajuste ao valor justo	151	12.641	12.792
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	528.934	548.085	1.077.019
(+) Aplicações	1.650.837	235.993	1.886.830
(-) Resgates	(1.665.921)	(70.389)	(1.736.310)
(+) Rendimentos	54.743	52.211	106.954
(+/-) Oscilação cambial	24.143	72.107	96.250
(+/-) Ajuste ao valor justo	(331)	(18.806)	(19.137)
(+/-) Redução de valor recuperável	-	(28)	(28)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	592.405	819.173	1.411.578

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

d) Derivativos

d.1) Exposição

Descrição	Vencimento	Exposição	Valor a (pagar)/ receber
		31/12/2024	31/12/2024
Contratos futuros			
Compromisso de Compra			
Taxa de câmbio - pesos mexicanos futuros MEX	01/02/2025	40.950	-
Compromisso de Venda			
Taxa de câmbio - dólar futuro WDO	01/02/2025	1.742	-
Taxa de câmbio - dólar futuro DOL	01/02/2025	125.949	-

Descrição	Vencimento	Exposição	Valor a (pagar)/ receber
		31/12/2023	31/12/2023
Contratos futuros			
Compromisso de Compra			
Taxa de câmbio - dólar futuro WDO	01/02/2024	487	-
Taxa de câmbio - pesos mexicanos futuros MEX	01/02/2024	29.306	-
Taxa de câmbio - dólar futuro DOL	01/02/2024	42.604	-

d.2) Margens dadas em garantia

31/12/2024			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	01/03/2025	20	316
LFT	01/03/2026	473	7.481
LFT	01/09/2026	398	6.294
LFT	01/03/2027	63	996
LFT	01/09/2027	163	2.577
LFT	01/03/2028	57	901
LFT	01/09/2028	99	1.565
Total		1.273	20.130

31/12/2023			
Ativo	Vencimento	Quantidade	Valor
LFT	01/03/2026	142	2.024
LFT	01/09/2027	163	2.315
LFT	01/09/2028	77	1.091
Total		382	5.430

6. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.993, de 24 de março de 2022, e o CNSP, através da Resolução CNSP nº 453, de 19 de dezembro de 2022, e suas respectivas alterações, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades resseguradoras. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de prêmios não ganhos	1.280.380	948.979
Provisão de sinistros a liquidar	2.425.645	1.088.602
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	1.291.493	770.750
Provisão de despesas relacionadas	30	8
Provisão de excedentes técnicos	25.888	21.826
Total das provisões técnicas	5.023.436	2.830.165
Direitos creditórios	(686.644)	(531.103)
Custo de aquisição diferido redutores	(10.578)	(7.667)
Ativos de resseguro redutores de PDR	(3)	(3)
Ativos de retrocessão cedida redutores de IBNR	(843.140)	(478.573)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PSL	(1.900.749)	(653.501)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PPNG	(319.200)	(209.407)
Ativos de retrocessão cedida redutores de PET	(9.273)	(8.206)
Total das exclusões	(3.769.587)	(1.888.460)
Total das provisões técnicas para cobertura	1.253.849	941.705
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:		
Letras financeiras do tesouro - LFT	350.969	365.115
Certificado de depósito no exterior	167.519	116.012
Notas do tesouro nacional - NTN-B	235.043	238.112
Notas do tesouro nacional - NTN-F	50.391	50.435
Letras Tesouro Nacional - LTN	91.052	-
Letras Financeiras - LF	4.914	2.108
Quotas de fundos de investimentos	44.532	38.195
Títulos privados	49.998	36.654
Título público no exterior	278.302	126.034
Título privado no exterior	108.676	94.743
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	1.381.396	1.067.408
Ativos vinculados em excesso	127.547	125.703

7. Crédito das operações com resseguros

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prêmios a receber	1.313.947	1.047.126
Recuperação de corretagem	202	139
Recuperação de prêmio de retrocessão	36.636	22.164
Recuperação de sinistro	196.605	124.865
Outros créditos a receber	4.217	994
Total	<u>1.551.607</u>	<u>1.195.288</u>
Circulante	1.522.909	1.175.343
Não circulante	28.698	19.945

7.1) Aging de prêmios a receber:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	102.619	127.507
De 31 a 60 dias	139.139	113.179
De 61 a 120 dias	106.994	105.746
De 121 a 180 dias	613.395	466.791
De 181 a 365 dias	170.868	116.925
Superior a 365 dias	28.698	19.945
Total de prêmios a vencer	<u>1.161.713</u>	<u>950.093</u>
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	26.464	19.891
De 31 a 60 dias	12.595	6.978
De 61 a 120 dias	35.714	18.546
De 121 a 180 dias	16.284	10.602
De 181 a 365 dias	24.256	21.851
Superior a 365 dias	49.728	30.201
Total de prêmios vencidos	<u>165.041</u>	<u>108.069</u>
Provisão para perda de valor recuperável	(12.807)	(11.036)
Total de prêmios a receber	<u>1.313.947</u>	<u>1.047.126</u>

7.2) Movimentação dos prêmios a receber:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldo inicial	1.047.126	752.775
(+) Prêmios emitidos (*)	2.507.708	2.298.530
(+) Riscos vigentes não emitidos (*)	33.262	17.841
(-) Recebimentos	(2.272.378)	(2.020.284)
(-) Redução ao valor recuperável	(1.771)	(1.736)
Saldo final	<u>1.313.947</u>	<u>1.047.126</u>

(*) Valor inclui variação cambial e cancelamentos.

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foi observado que a Companhia tem operado com uma média de parcelamento de 4 vezes, alinhado com o mercado ressegurador.

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

8. Títulos e créditos a receber

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Títulos e créditos a receber	16.310	12.955
Ressarcimento a receber (a)	7.204	5.048
Participação nos lucros a receber	9.106	7.902
Outros	-	5
Créditos tributários e previdenciários (b)	52.925	68.618
Outros créditos	959	603
Total	<u>70.194</u>	<u>82.176</u>
Circulante	29.735	31.793
Não circulante	40.459	50.383

a) *Aging* de ressarcimentos a receber (efetivo e estimado) por grupo de ramo:

<u><i>Aging</i> de permanência</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Patrimonial		
De 181 a 365 dias	3	-
Riscos financeiros		
De 61 a 120 dias	3.833	-
Superior a 365 dias	33.618	33.618
Exterior		
De 181 a 365 dias	-	2.048
Redução ao valor recuperável	(30.250)	(30.618)
Total do <i>aging</i>	<u>7.204</u>	<u>5.048</u>

<u>Expectativa de realização</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Patrimonial		
De 331 a 365 dias	3	-
Riscos financeiros		
Superior a 365 dias	37.451	33.618
Exterior		
De 181 a 365 dias	-	2.048
Redução ao valor recuperável	(30.250)	(30.618)
Total do <i>aging</i>	<u>7.204</u>	<u>5.048</u>

b) Créditos tributários e previdenciários

Os créditos tributários de PIS e COFINS estão representados principalmente sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar – PSL e Sinistros ocorridos e não avisados – IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

Apresentamos abaixo os quadros com os débitos e créditos tributários e ativos fiscais diferidos pelos respectivos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição:

	31/12/2024	31/12/2023
Tributos e contribuições a compensar / recuperar (i)	9.018	12.960
Créditos tributários de PIS e COFINS (ii)	7.349	8.275
IR e CS diferidos (iii) (b.1)	36.558	47.383
Total	52.925	68.618

- (i) Créditos decorrentes de Saldo Negativo de IRPJ e CSLL; PIS, COFINS, IR, CSLL e CIDE pagos a maior e Imposto de Renda Retido em Negócios Aceitos no Exterior;
- (ii) Créditos tributários de PIS e COFINS calculados sobre o saldo de Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL e Provisão de Sinistros ocorridos e não avisados – IBNR; e
- (iii) Créditos tributários sobre diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL.

b.1) Movimentação impostos diferidos:

	31/12/2023	Movimentação		31/12/2024
		Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	15.212	(12.582)	7.522	10.152
Ajuste a valor de mercado - VJR	(1.205)	(30.917)	-	(32.122)
Ajuste a valor de mercado - VJORA	4.818	4	7.522	12.344
Redução ao valor recuperável (RVR)	4.251	1.007	-	5.258
Incentivo baseado em ações	2.248	14	-	2.262
Variação cambial	2.295	(384)	-	1.911
Variação cambial operacional	(1.014)	16.974	-	15.960
Participação nos lucros	2.841	1.228	-	4.069
Outras provisões	676	(639)	-	37
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	302	131	-	433
Impostos diferidos sobre base negativa (b.1.1):	32.171	(5.765)	-	26.406
Prejuízo fiscal – IRPJ	20.019	(3.603)	-	16.416
Base negativa – CSLL	12.152	(2.162)	-	9.990
Total	47.383	(18.347)	7.522	36.558

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	Movimentação		31/12/2023
		Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	12.479	7.789	(5.056)	15.212
Ajuste a valor de mercado - VJR	(7.922)	6.717	-	(1.205)
Ajuste a valor de mercado - VJORA	9.916	(42)	(5.056)	4.818
Redução ao valor recuperável (RVR)	3.308	943	-	4.251
Incentivo baseado em ações	1.973	275	-	2.248
Variação cambial	597	1.698	-	2.295
Variação cambial operacional	626	(1.640)	-	(1.014)
Participação nos lucros	3.164	(323)	-	2.841
Outras provisões	656	20	-	676
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	161	141	-	302
Impostos diferidos sobre base negativa:	37.465	(5.294)	-	32.171
Prejuízo fiscal - IRPJ	23.328	(3.309)	-	20.019
Base negativa - CSLL	14.137	(1.985)	-	12.152
Total	49.944	2.495	(5.056)	47.383

b.1.1) Estimativas de realização dos créditos tributários

As estimativas de realização e o valor presente dos créditos tributários de prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL existentes em 31 de dezembro de 2024, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros da Companhia, com base em estudos e projeções da Administração são os seguintes:

Ano	IR	%	CSLL	%
2025	7.306	44,5%	4.384	43,9%
2026	7.560	46,0%	4.536	45,4%
2027	1.550	9,5%	1.070	10,7%
Totais	16.416	100,0%	9.990	100,0%

9. Custos de aquisição diferidos

A Companhia apresentava um saldo de custos de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

Grupos / Ramos	31/12/2024	31/12/2023
Patrimonial	11.650	8.074
Riscos especiais	1	1
Responsabilidades	2.154	1.611
Transportes	2.775	1.826
Riscos financeiros	1.309	1.171
Pessoas coletivo	2.679	1.218
Rural	223	227
Marítimos	835	744
Aeronáuticos	5.861	5.586
Aceitações do exterior	16.529	10.575
Outros	1.998	1.130
Total	46.014	32.163
Circulante	41.097	28.605
Não circulante	4.917	3.558

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

A Companhia apresentava movimentação consolidada de custos de aquisição diferido conforme tabela abaixo:

	31/12/2023	Constituição	Diferimento / Cancelamento	31/12/2024
Patrimonial	8.074	4.660	(1.086)	11.648
Riscos Especiais	1	-	-	1
Responsabilidades	1.611	847	(307)	2.151
Transportes	1.826	2.393	(1.444)	2.775
Riscos Financeiros	1.171	468	(329)	1.310
Pessoas Coletivo	1.218	2.716	(1.254)	2.680
Rural	227	150	(152)	225
Marítimos	744	381	(290)	835
Aeronáuticos	5.586	4.109	(3.832)	5.863
Aceitações do exterior	10.575	8.453	(2.498)	16.530
Outros	1.130	1.741	(875)	1.996
Total	32.163	25.918	(12.067)	46.014

	31/12/2022	Constituição	Diferimento / Cancelamento	31/12/2023
Patrimonial	6.468	3.137	(1.531)	8.074
Riscos Especiais	24	-	(23)	1
Responsabilidades	786	940	(115)	1.611
Transportes	1.498	2.381	(2.053)	1.826
Riscos Financeiros	903	421	(153)	1.171
Pessoas Coletivo	583	1.172	(537)	1.218
Rural	71	156	-	227
Marítimos	567	514	(337)	744
Aeronáuticos	4.900	2.226	(1.540)	5.586
Aceitações do exterior	7.170	5.468	(2.063)	10.575
Outros	1.198	1.037	(1.105)	1.130
Total	24.168	17.452	(9.457)	32.163

10. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2023	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2024
Licenças de software	20%	2.550	3.030	(345)	(2.755)	2.480
Ágio (i)		13.913	-	-	-	13.913
Total		16.463	3.030	(345)	(2.755)	16.393

	Taxa anual de amortização	31/12/2022	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2023
Licenças de software	20%	1.786	2.893	19	(2.148)	2.550
Ágio (i)		13.913	-	-	-	13.913
Total		15.699	2.893	19	(2.148)	16.463

(i) refere-se ao ágio (*goodwill*) gerado na aquisição da Terra Brasis Resseguros ocorrida em 29 de novembro de 2019. Realizamos o teste de *impairment* e não identificamos indicação de perda.

11. Débitos das operações com resseguros

• Operações com resseguradoras

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios de retrocessão cedida	1.191.685	958.268
Comissão	(265.198)	(198.386)
Sinistros	33.121	33.096
Outros	13.985	8.860
Redução ao valor recuperável	(33.239)	(33.518)
Total	940.354	768.320
Circulante	917.553	756.161
Não circulante	22.801	12.159

12. Depósito de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de resseguros e prêmios de retrocessão aceita, cujos contratos ainda não foram identificados, sendo classificados no passivo circulante. O *aging* de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
De 1 a 30 dias	89.916	49.653
De 31 a 60 dias	3.447	14.024
De 61 a 120 dias	4.796	3.804
De 121 a 180 dias	1.705	2.457
De 181 a 365 dias	6.189	243
Superior a 365 dias	7.403	4.989
Total	113.456	75.170

13. Provisões técnicas

a) Composição das provisões técnicas

	31/12/2024			31/12/2023		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Provisões de Sinistros						
Provisão de sinistros a liquidar	2.425.645	(1.900.749)	524.896	1.088.602	(653.501)	435.101
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	1.291.493	(846.059)	445.434	770.750	(480.899)	289.851
Provisão de despesas relacionadas	30	(3)	27	8	(3)	5
Total	3.717.168	(2.746.811)	970.357	1.859.360	(1.134.403)	724.957
Provisões de Prêmios						
Provisão de prêmios não ganhos	1.280.380	(744.378)	536.002	948.979	(560.094)	388.885
Provisão de excedente técnico	25.888	(9.273)	16.615	21.826	(8.206)	13.620
Total	1.306.268	(753.651)	552.617	970.805	(568.300)	402.505
Total das provisões	5.023.436	(3.500.462)	1.522.974	2.830.165	(1.702.703)	1.127.462
Circulante	4.826.397	(3.404.895)	1.421.502	2.652.684	(1.604.789)	1.047.895
Não circulante	197.039	(95.567)	101.472	177.481	(97.914)	79.567

b) Movimentação

As movimentações das provisões técnicas estão demonstradas na tabela a seguir:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Bruto	Cedido	Retido	Bruto	Cedido	Retido
Movimentação da provisão de PSL						
Em 1º de janeiro	1.088.602	(653.501)	435.101	763.731	(451.544)	312.187
Sinistros ocorridos	2.599.588	(1.849.361)	750.227	1.529.660	(603.271)	926.389
Sinistros pagos	(1.412.806)	721.142	(691.664)	(1.190.469)	405.429	(785.040)
Variação cambial	150.268	(119.364)	30.904	(14.320)	(4.114)	(18.434)
Atualização monetária	(7)	-	(7)	-	(1)	(1)
Redução valor recuperável	-	335	335	-	-	-
No final do exercício	2.425.645	(1.900.749)	524.896	1.088.602	(653.501)	435.101
Movimentação da provisão de IBNR						
Em 1º de janeiro	770.750	(480.899)	289.851	520.166	(287.484)	232.682
Variação do IBNR	520.743	(365.160)	155.583	250.584	(193.415)	57.169
No final do exercício	1.291.493	(846.059)	445.434	770.750	(480.899)	289.851
Movimentação da provisão de PDR						
Em 1º de janeiro	8	(3)	5	8	(2)	6
Variação do PDR	22	-	22	-	(1)	(1)
No final do exercício	30	(3)	27	8	(3)	5
Movimentação das provisões de prêmios – PPNG						
Em 1º de janeiro	948.979	(560.094)	388.885	646.288	(359.765)	286.523
Prêmios emitidos	2.458.261	(1.291.428)	1.166.833	2.322.038	(1.107.821)	1.214.217
Prêmio ganho	(2.173.229)	1.132.266	(1.040.963)	(2.022.370)	905.811	(1.116.559)
Variação cambial	46.369	(25.122)	21.247	3.023	1.681	4.704
No final do exercício	1.280.380	(744.378)	536.002	948.979	(560.094)	388.885
Movimentação das provisões de prêmios – PET						
Em 1º de janeiro	21.826	(8.206)	13.620	15.554	(6.038)	9.516
Variação do Excedente Técnico	4.062	(1.067)	2.995	6.272	(2.168)	4.104
No final do exercício	25.888	(9.273)	16.615	21.826	(8.206)	13.620
Total de provisões técnicas	5.023.436	(3.500.462)	1.522.974	2.830.165	(1.702.703)	1.127.462

14. Desenvolvimento de sinistros

Devido às particularidades das operações de resseguro, a Companhia não possui informações detalhadas de cada sinistro oriundo de contratos automáticos com a evolução individualizada do seu valor no tempo. Assim, esse montante de sinistro varia à medida que as informações mais atualizadas são obtidas através das prestações de contas enviadas pelas cedentes sobre os contratos subscritos.

A seguir, apresentaremos o desenvolvimento dos sinistros avisados à Companhia, os pagamentos de sinistros, a atualização de sinistros judiciais e o IBNR por ano de subscrição. Nessa análise, os contratos subscritos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio informada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, na data base de 31 de dezembro de 2024.

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Desenvolvimentos dos sinistros avisados de resseguro:

Montante Avisado sinistros	Ano de Subscrição					Total
	2020	2021	2022	2023	2024	
No ano de subscrição	141.028	220.562	806.800	765.403	566.915	2.500.708
Um ano após o ano de subscrição	443.901	455.515	1.430.535	1.820.290	-	4.150.241
Dois anos após o ano de subscrição	528.659	582.764	2.442.348	-	-	3.553.771
Três anos após o ano de subscrição	568.079	597.214	-	-	-	1.165.293
Quatro anos após o ano de subscrição	578.196	-	-	-	-	578.196
Total	578.196	597.214	2.442.348	1.820.290	566.915	6.004.963

	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Juros (Judicial)	-	-	-	-	-	-

	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Pagamentos	497.905	493.475	1.506.208	963.266	397.369	3.858.223

	2020	2021	2022	2023	2024	Total
IBNR	35.001	112.425	451.191	392.987	225.089	1.216.693

Passivo em relação a anos anteriores a 2020 (PSL + IBNR)	397.800
Expectativa salvo/ressarcimento	44.095
Estimativa de sinistros a pagar (PSL + IBNR)	<u>3.717.138</u>

Montante Avisado sinistros	Ano de Subscrição					Total
	2019	2020	2021	2022	2023	
No ano de subscrição	105.899	109.465	182.301	620.906	735.679	1.754.250
Um ano após o ano de subscrição	486.993	291.516	334.553	1.384.142	-	2.497.204
Dois anos após o ano de subscrição	685.729	411.274	554.322	-	-	1.651.325
Três anos após o ano de subscrição	757.827	538.753	-	-	-	1.296.580
Quatro anos após o ano de subscrição	843.183	-	-	-	-	843.183
Total	843.183	538.753	554.322	1.384.142	735.679	4.056.079

	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Juros (Judicial)	-	-	-	-	-	-

	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Pagamentos	767.320	437.489	409.587	979.487	586.701	3.180.584

	2019	2020	2021	2022	2023	Total
IBNR	12.651	33.739	125.152	351.721	216.377	739.640

Passivo em relação a anos anteriores a 2019 (PSL + IBNR)	245.687
Expectativa salvo/ressarcimento	1.470
Estimativa de sinistros a pagar (PSL + IBNR)	<u>1.859.352</u>

15. Provisões judiciais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as ações judiciais de natureza cível que tiveram origem em sinistros, nas quais a Companhia figura no polo passivo, estão provisionadas na rubrica de “sinistro a liquidar judicial”. A movimentação dos valores provisionados está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	72	65
Aviso	-	14
Reavaliação	(20)	(2)
Indenização	(2)	(5)
Total	50	72

A Companhia possui uma ação de natureza cível na qualidade de ré, sendo esta ação com probabilidade de perda possível, com valor em risco no montante de R\$1 em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

16. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 338.669 representado por 313.597.651 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal e outras reservas de lucros. A reserva legal é constituída ao final do exercício correspondente a 5% do lucro pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para outras reservas de lucros, conforme critérios preestabelecidos pela Lei das S.A.

c) Dividendos obrigatórios e Juros sobre capital próprio (JCP)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, após a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária e constituição da reserva legal, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio apresenta-se conforme abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	75.111	29.427
Destinação para reserva legal – 5%	(3.756)	(1.471)
Base para distribuição de dividendos	71.355	27.956
Constituição de Outras Reservas:		
Base para distribuição de dividendos	71.355	27.956
Juros sobre capital próprio (JCP) bruto de IR (*)	(26.744)	(14.861)
Total de Outras Reservas	44.611	13.095
Excedente de juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos:		
Juros sobre capital próprio (JCP) líquido de IR (*)	22.732	12.632
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	(17.530)	(6.989)
Total de excedente de JCP e Dividendos distribuídos	5.202	5.643
Destinação dos lucros líquidos:		
Reserva legal – 5%	3.756	1.471
Outras reservas	44.611	13.095
Juros sobre capital próprio (JCP) bruto de IR (*)	26.744	14.861
Total da destinação dos lucros líquidos	75.111	29.427

(*) De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia creditou JCP dentro dos limites fiscais nos valores de R\$ 26.744 e R\$ 14.861 (bruto de imposto de renda retido na fonte), respectivamente, e de R\$ 22.732 e R\$ 12.632 (líquido de imposto de renda retido na fonte), respectivamente, a favor de seus acionistas. O JCP é contabilizado como despesa financeira e para efeito das demonstrações financeiras anuais são demonstrados no patrimônio líquido como distribuição de lucros.

d) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Patrimônio líquido	420.470	383.529
Ajustes contábeis	(43.126)	(49.538)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	23.853	23.479
Patrimônio líquido ajustado – PLA	401.198	357.470
Capital base - CB (a)	60.000	60.000
Capital adicional de risco de subscrição	161.157	191.156
Capital adicional de risco operacional	20.596	16.296
Capital adicional de risco de crédito	160.189	96.322
Capital adicional de risco de mercado	14.994	26.617
Benefício da diversificação	(53.353)	(51.863)
Capital de risco - CR (b)	303.583	278.528
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	303.583	278.528
Patrimônio líquido ajustado	401.198	357.470
(-) Exigência de capital – EC	303.583	278.528
Suficiência de capital - R\$	97.615	78.942
Suficiência de capital (% PLA / CMR)	132,1%	128,3%

O capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior valor entre capital base e o capital de risco.

17. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. ("Austral Participações"), controladora da Companhia.

O primeiro plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas foram definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Em reuniões do comitê de gestão realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia. As condições gerais de outorga foram as mesmas em relação ao primeiro plano de opção de compra de ações que se encontram divulgadas acima.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Em reunião do comitê de gestão realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções foram estabelecidos em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não tenham sido passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese de o contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, e aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de março de 2022, foi aprovado o terceiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Companhia.

O terceiro plano estabeleceu os termos e condições gerais de outorga de opções de compra de ações ordinárias e/ou preferenciais (caso existam no momento da entrega de cada ação) de emissão da Austral Participações aos administradores, colaboradores e/ou pessoas naturais que prestem serviços à Austral Participações, e outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Austral Participações e/ou às demais sociedades do grupo econômico, sendo certo que, segundo as diretrizes e condições estabelecidas no referido plano, este será liquidado em ações da Austral Participações, caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento do preço de exercício a ser efetuado pelo beneficiário.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de março de 2022, foi aprovada a outorga de 21.538.172 opções de compra de ações no âmbito do terceiro plano. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os beneficiários em 01 de abril de 2022.

As 26.168.969 opções representam uma diluição de até 8,2% sobre um total de 291.233.306 ações da Austral Participações.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores da Companhia, que fizeram jus às opções da Austral Participações está registrado no patrimônio líquido da Companhia como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 5.658 (R\$ 5.624 em 31 de dezembro de 2023).

18. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas referem-se a:

	Ativo	
	31/12/2024	31/12/2023
Austral Seguradora S.A. - Coligada (a)	64.457	55.265
Total	64.457	55.265

	Passivo	
	31/12/2024	31/12/2023
Austral Participações S.A. - Controladora (b)	22.732	12.632
Austral Seguradora S.A. - Coligada (a)	39.237	25.539
Vinci Gestora de Recursos - Coligada (c)	77	64
Total	62.046	38.235

	Receitas	
	31/12/2024	31/12/2023
Austral Seguradora S.A. - Coligada (a)	62.021	56.987
Total	62.021	56.987

	Despesas	
	31/12/2024	31/12/2023
Austral Seguradora S.A. - Coligada (a)	(24.409)	(15.980)
Vinci Gestora de Recursos - Coligada (c)	(891)	(724)
Administradores - Outros (d)	(3.346)	(4.538)
Total	(28.646)	(21.242)

(a) São prêmios e recuperação de sinistros referentes a contratos de resseguros.;

(b) Valor referente a JCP a pagar (líquido de impostos);

(c) São operações que envolvem pagamento de taxa de administração da carteira de investimento para a Companhia.; e

(d) Valor referente ao *Stock Options*, remunerações pagas e a pagar aos administradores (diretoria estatutária).

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão reconciliados, como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e após participações sobre o lucro (*)	106.410	106.410	38.932	38.932
Alíquota nominal	25%	15%	25%	15%
Impostos à alíquota nominal	(26.603)	(15.962)	(9.733)	(5.840)
Adições e exclusões temporárias:				
Variação cambial	41.475	41.475	143	143
Ajuste a valor de mercado	(77.292)	(77.292)	16.791	16.791
Participação nos lucros	3.071	3.071	(805)	(805)
Outras	1.280	1.280	3.448	3.448
Total	(31.466)	(31.466)	19.577	19.577
Adições e exclusões definitivas:				
Despesas indedutíveis	(26.902)	(26.902)	(14.392)	(14.392)
IRPJ e CSLL correntes	(7.907)	(5.045)	(7.367)	(4.633)
IRPJ e CSLL diferidos	(11.467)	(6.880)	1.559	936
Total Despesa IRPJ e CSLL	(19.374)	(11.925)	(5.808)	(3.697)
Alíquota efetiva	(18,2%)	(11,2%)	(14,9%)	(9,5%)

(*) No Resultado antes dos impostos está contemplado o montante referente às despesas com participações sobre o lucro que em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 9.104 (R\$ 6.408 em 31 de dezembro de 2023).

20. Resultado por ação – básico e diluído

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido dos exercícios aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	75.111	29.427
Média ponderada das ações	313.598	313.598
Resultado por ação em R\$ - Básico e Diluído	0,2395	0,0938

O resultado por ação básico é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano.

O resultado por ação diluído é calculado a partir da divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações pela média ponderada ajustada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo-se a média ponderada das ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía fatores diluidores.

21. Grupos de ramos de atuação

Os grupos de ramos em que a Companhia opera e seus indicadores de desempenho em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são:

Grupos de atuação	Prêmios Ganhos		Índice de Sinistralidade (%) (a)		Índice de Comercialização (%) (b)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Patrimonial	677.683	537.371	264,0	69,2	2,3	2,3
Riscos Especiais	(5)	310	(133.239,7)	454,9	59,0	9,6
Responsabilidades	150.754	132.469	51,3	42,4	1,1	0,6
Automóvel	350.768	606.781	99,7	97,9	-	0,1
Transportes	206.890	166.690	61,3	95,0	1,7	2,0
Riscos Financeiros	64.785	55.019	21,7	207,2	0,9	0,9
Pessoas Coletivo	111.148	46.403	97,3	107,6	3,8	5,0
Habitacional	13.936	10.802	309,2	40,7	3,9	4,1
Rural	8.288	6.401	197,1	157,6	3,0	1,9
Outros	1.683	(237)	240,5	(1.385,4)	0,5	10,1
Pessoas Individual	27.122	25.055	64,3	47,9	0,6	0,6
Marítimos	13.915	20.035	175,8	92,9	7,7	5,8
Aeronáuticos	102.878	111.348	116,0	95,9	9,0	8,2
Petróleo	38.932	31.073	30,1	51,7	4,4	4,4
Saúde	-	1.802	(954.790,7)	28,7	-	1,8
Aceitações do Exterior	400.389	264.777	84,3	99,2	5,6	5,5
Total	2.169.166	2.016.099	140,4	88,3	2,8	2,3

Ramos de atuação	Prêmio ganho retido		Índice de sinistralidade retida % (a)	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Patrimonial	170.900	139.767	72,3	67,9
Riscos especiais	(312)	254	(1.224,7)	610,0
Responsabilidades	29.414	19.854	46,8	71,6
Automóvel	344.547	604.174	99,0	97,8
Transportes	30.923	30.425	72,4	61,6
Riscos financeiros	11.425	7.831	27,4	11,0
Pessoas coletivo	67.930	30.955	95,6	111,4
Habitacional	9.114	7.897	312,6	41,1
Rural	5.971	3.642	125,5	148,1
Outros	1.628	(224)	213,7	(1.322,7)
Pessoas individual	16.375	18.502	60,3	50,7
Marítimos	7.535	8.830	183,8	94,0
Aeronáuticos	46.937	42.602	74,6	65,6
Petróleo	13.349	12.231	17,3	66,1
Saúde	-	1.802	(454.483,4)	37,2
Aceitações do exterior	282.230	183.912	82,4	88,3
Total de prêmios ganhos	1.037.966	1.112.454	87,3	88,5

(a) Índice de Sinistralidade = {indenizações avisadas + despesas com sinistros + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)} / prêmio ganho.

(b) Índice de Comercialização = custo de aquisição / prêmio ganho.

A composição de prêmios de resseguros e retrocessão aceita (prêmio emitido líquido) antes e depois dos prêmios cedidos em retrocessão está demonstrada abaixo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Ramos	Prêmio emitido líquido		Prêmio cedido retrocessão		Prêmio líquido (-) retrocessão = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual retrocedido	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Patrimonial	746.631	692.568	(540.839)	(526.461)	205.792	166.107	27,6	24,0	72,4	76,0
Riscos especiais	(3)	66	(309)	(13)	(312)	53	10,400	80,3	(10,300)	19,7
Responsabilidades	162.827	164.416	(121.449)	(132.424)	41.378	31.992	25,4	19,5	74,6	80,5
Automóvel	348.725	617.949	(4.843)	(14.500)	343.882	603.449	98,6	97,7	1,4	2,3
Transportes	259.671	182.146	(223.129)	(149.674)	36.542	32.472	14,1	17,8	85,9	82,2
Riscos financeiros	85.103	80.238	(68.444)	(66.097)	16.659	14.141	19,6	17,6	80,4	82,4
Pessoas coletivo	135.551	55.294	(54.004)	(20.652)	81.547	34.642	60,2	62,7	39,8	37,3
Habitacional	14.196	11.151	(5.022)	(2.982)	9.174	8.169	64,6	73,3	35,4	26,7
Rural	6.031	15.518	(807)	(6.380)	5.224	9.138	86,6	58,9	13,4	41,1
Outros	1.443	(534)	(55)	86	1.388	(448)	96,2	83,9	3,8	16,1
Pessoas individual	25.617	24.538	(10.887)	(6.034)	14.730	18.504	57,5	75,4	42,5	24,6
Marítimo	14.730	20.687	(7.071)	(11.295)	7.659	9.392	52,0	45,4	48,0	54,6
Aeronáuticos	108.146	97.344	(59.502)	(57.515)	48.644	39.829	45,0	40,9	55,0	59,1
Petróleo	51.318	31.511	(36.970)	(17.298)	14.348	14.213	28,0	45,1	72,0	54,9
Saúde	-	1.796	-	-	-	1.796	-	100,0	-	-
Aceitações do exterior	498.274	327.350	(158.099)	(96.582)	340.175	230.768	68,3	70,5	31,7	29,5
Total	2.458.260	2.322.038	(1.291.430)	(1.107.821)	1.166.830	1.214.217	47,5	52,3	52,5	47,7

Prêmio de retrocessão cedida por classe de Companhia:

	31/12/2024	31/12/2023
Resseguradora local	13.581	12.230
Resseguradora admitida	634.278	696.438
Resseguradora eventual	643.571	399.153
Total	1.291.430	1.107.821

Prêmio de resseguro e retrocessão aceita por classe:

	31/12/2024	31/12/2023
Seguradora	2.420.921	2.295.172
Resseguradora local	(48)	203
Resseguradora admitida	2.277	94
Resseguradora eventual	35.110	26.569
Total	2.458.260	2.322.038

22. Detalhamento de contas de resultado

a) Prêmios de resseguro	31/12/2024	31/12/2023
Prêmio de resseguros	2.392.825	2.280.887
Prêmio de risco vigente não emitido	28.096	14.286
Retrocessões aceitas	37.339	26.865
Variações das provisões técnicas	(289.094)	(305.939)
Total	2.169.166	2.016.099
b) Sinistros ocorridos	31/12/2024	31/12/2023
Indenizações avisadas	(2.598.281)	(1.530.578)
Despesa com sinistro	(1.329)	(1.152)
Salvados e ressarcimentos	75.276	2.219
Variações de sinistros ocorridos e não avisados	(520.742)	(250.584)
Total	(3.045.076)	(1.780.095)

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
c) Custos de aquisição		
Comissões	(72.433)	(54.594)
Variações de despesas de comercialização diferidas	11.792	8.005
Total	(60.641)	(46.589)
d) Outras receitas e despesas operacionais		
Outras receitas de resseguro	24	313
Tarifa bancária	(63)	(30)
Despesas de administração de contratos	(22.445)	(2.181)
Participação nos lucros de resseguro/retrocessão aceitos	(17.588)	(12.528)
Redução ao valor recuperável - prêmios	(1.771)	(1.736)
Redução ao valor recuperável - corretagem	85	524
Outras despesas de resseguro	(1.310)	(654)
Total	(43.068)	(16.292)
e) Resultado com retrocessão		
Sinistros ocorridos e não avisados	365.309	193.415
Despesa com sinistro	344	156
Recuperação de indenização	1.850.193	603.117
Salvados e ressarcimentos	(75.547)	(651)
Prêmio de retrocessão cedido	(1.291.430)	(1.107.821)
Receita com participação nos lucros	6.570	7.856
Variações de prêmio retrocessão cedido	160.230	204.177
Redução ao valor recuperável - sinistro	(919)	(1.150)
Redução ao valor recuperável - prêmio cedido	90	1.603
Outros créditos	6.373	3.642
Total	1.021.213	(95.656)
f) Despesas administrativas		
Pessoal próprio e encargos sociais	(23.968)	(23.553)
Incentivo baseado em ações	(79)	(690)
Localização e funcionamento	(3.992)	(3.591)
Serviços de terceiros	(7.586)	(30.271)
Depreciação e amortização	(4.865)	(4.233)
Publicidade e propaganda	(886)	(784)
Donativos e contribuições	(776)	(390)
Outras despesas	(526)	(616)
Total	(42.678)	(64.128)
g) Despesas com tributos		
Despesas com COFINS	(25.475)	(22.968)
Despesas com PIS	(5.008)	(4.334)
Taxa de fiscalização	(2.867)	(2.481)
Outras despesas	(8.803)	(5.819)
Total	(42.153)	(35.602)

Notas explicativas às demonstrações financeiras anuais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
h) Resultado financeiro		
Receitas		
Títulos mensurados ao VJR	82.145	50.485
Títulos mensurados ao VJORA	159.208	97.802
Operações de resseguros	377.699	178.556
Valorização cambial do disponível	7.880	3.076
Ajuste derivativos - futuro	45.985	17.273
Outras receitas	1.015	703
Total das receitas	673.932	347.895
Despesas		
Títulos mensurados ao VJR	(3.590)	(588)
Títulos mensurados ao VJORA	(34.890)	(69.678)
Operações de resseguros	(414.164)	(176.509)
Desvalorização cambial do disponível	(1.387)	(12.194)
Juros sobre Capital Próprio	(26.744)	(14.861)
Ajuste derivativos - Futuro	(54.766)	(16.971)
Outras despesas	(5.943)	(4.352)
Total Despesas	(541.484)	(295.153)
Total	132.448	52.742
i) Resultado patrimonial		
Juros sobre capital próprio	26.744	14.861
Total	26.744	14.861

23. Responsáveis

Conselheiros

Bruno Augusto Sacchi Zarembo
Gabriel Felzenszwalb
Michel Cukierman

Diretor-presidente

Bruno de Abreu Freire

Diretoria

Rodolfo Arashiro Rodriguez
André Machado Caldeira

Contadora

Ana Carolina Gonçalves Schaefer
CRC RJ -113.827/O-0

Atuária

Brenda Fucci Cantisano
MIBA nº 2904